

# A Lisboa medieval nos seus múltiplos espaços

*Iria Gonçalves<sup>1</sup>*

Lisboa, a “grande cidade de muitas e desvairadas gentes” de Fernão Lopes<sup>2</sup>, era tão somente uma média cidade europeia<sup>3</sup>, mas, à escala de Portugal, onde o índice urbano da população foi sempre pouco elevado era, efectivamente, como o expressa o cronista e como devia ser considerada pela generalidade dos portugueses, uma grande cidade, a maior, a mais cosmopolita, a mais rica, a mais cobiçada – “a cabeça do reino”. Aliás, podia ser o próprio monarca, no caso D. Afonso V, a considerar que a cidade tinha direito a alguns favores régios, não só pelos serviços que prestava à monarquia, mas também “vista a excelência sua sobre todas as outras cidades e vilas de nossos reinos como maioral em eles”<sup>4</sup>.

Era, na verdade, uma urbe muito importante, entreposto que já estava sendo, nos últimos séculos medievais, das grandes realizações em que Portugal se lançara para além dos mares. Atraía a si gentes de todo o lado, as tais “desvairadas gentes” de que fala o cronista. Consolidara fortunas, muitas das quais abalaram com os seus

---

<sup>1</sup>Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (IEM – NOVA FCSH); Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (CEH – NOVA FCSH). ORCID: 0000-0002-9793-1287.

<sup>2</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes reinos*. Introd. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1966, Prólogo, p. 6.

<sup>3</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, (“Lisboa medieval: uma visão de conjunto”. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1998, p. 84) compara a Lisboa medieval, a nível da área abrangida pelas muralhas fernandinas – 103,60 ha, como o mesmo autor rectifica em “Lisboa” (In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coords.) – *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 55) a cidades como Salamanca, Dijon, Siena, Danzing, todas elas médias cidades.

<sup>4</sup> “Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsídios para a história da cidade de Lisboa”. Ed. e coment. por A. de Magalhães Basto. In *Duas cidades ao serviço de Portugal: subsídios para o estudo das relações de Lisboa e Porto durante oito séculos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947, p. 228.

proprietários para outros lugares mais ou menos distantes<sup>5</sup>. E era a mais importante das cidades portuguesas, com todas as competências que daí lhe advinham: a nível das funções centrais que era chamada a desempenhar; das pessoas indispensáveis para o seu exercício e que nela deviam residir ou, ao menos, fazer longas estadias; com todas as estruturas necessárias e com todos os apoios necessários ao funcionamento de uma máquina complexa e multifacetada ao mais alto grau que a época exigia. E com todas as pessoas que esse mesmo facto atraía.

Gentes “desvairadas”, sim. Mas não só no sentido que Fernão Lopes parece atribuir-lhes, o de estrangeiros de proveniência vária, quando enumera os seus lugares de origem<sup>6</sup>, mas também de condições sociais e económicas muito diversas, com objectivos muito variados, com intenções de atingir esses objectivos de formas muito variadas também. E nem todas consentâneas com as normas aceites pela sociedade.

Assim sendo, era necessário que Lisboa se apresentasse, ela própria, multiforme e variada, mas, ao mesmo tempo, una, no sentido da sua organização espacial e viária: diferente nos espaços, mas permitindo o livre acesso a todos eles, tanto aos próprios lisboetas como aos de fora parte que queriam ou precisavam demandá-la.

Para desempenhar cabalmente todas as suas funções, Lisboa tinha, em primeiro lugar, que abrir as suas muralhas ao exterior e, depois, facilitar o acesso a todos os seus recantos, porque todos eles, e cada um à sua medida, eram importantes e tinham o seu lugar na cidade.

Hoje é muito difícil conhecer a fisionomia da Lisboa medieval em qualquer um dos momentos da época. Como muitas outras cidades, ela foi sofrendo modificações várias mais ou menos profundas e alargadas em diversos pontos do seu tecido urbano, porém, os terramotos que a sacudiram, alguns com grande violência, ao longo dos tempos, mas sobretudo o de 1755, seguido das grandes obras de reconstrução que em diversos pontos se fizeram sentir, mas que foram completamente arrasantes na actual Baixa, onde apagaram todos os traços da anterior planta, foram decisivos para este esconder da Lisboa medieval. Até alguns edifícios mais emblemáticos, como é o caso das igrejas, sofreram tais e tantas remodelações que muito dificilmente se percebe agora o que teriam sido na origem. Só a sé catedral, monumento tão

<sup>5</sup> Foram sobretudo os italianos que aqui fizeram grandes fortunas, principalmente após terem sido despossados do rendoso mercado oriental, mas que já antes disso aqui se tinham instalado, com grande proveito próprio. Vejam-se, por exemplo: RAU, Virgínia – “Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni, mercador banqueiro florentino “estante” em Lisboa nos meados do século XV”. *Do tempo e da História*, vol. IV (1971), pp. 97-117; RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomelini”. Sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 2.ª s., t. XXII, n.º 2 (1956) ou BRUSCOLI, Francesco Guidi – *Bartolomeo Marchionni “homem de grossa fazenda” (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Florença: Olschki, 2014, entre outros.

<sup>6</sup> LOPES, Fernão (*Crónica do senhor rei dom Fernando*, Prólogo, p. 5) enumera colónias de genoveses, placentinos, lombardos, aragoneses, maiorquinos, milaneses, córsicos, biscainhos.

resistente como uma fortaleza, a exemplo de outras da Península da época, resistiu ao grande terramoto e conserva muitos dos seus traços originais<sup>7</sup>.

A arqueologia, por sua vez, poucos dados tem disponibilizado. Fragmentária como tem que ser qualquer intervenção arqueológica em solo urbano, os relatórios que tem produzido, quase sempre altamente técnicos e para mais de difícil acesso, também não têm permitido um conhecimento aprofundado do tecido urbano lisboeta reportado à Idade Média<sup>8</sup>.

Resta a documentação escrita, de todo o tipo. É ela, principalmente, que tem trazido alguma luz a este assunto. É a ela e a diversos trabalhos que ela tem permitido, que as linhas que se seguem são devidoras.

## I – Lisboa aquando da Reconquista

Erguida no topo de uma das colinas sobranceiras ao golfo do Tejo, naquela que apresenta a melhor posição estratégica, Lisboa foi crescendo na direcção do rio e das terras baixas. Era aquele o sítio ideal para fundar uma cidade – Orlando Ribeiro di-lo “predestinado” – porque de todas as colinas que lhe estão próximas é a mais íngreme e isolada e ao mesmo tempo a que fica mais a cavaleiro da margem do rio<sup>9</sup>. Era, aliás, um tipo de sítio muito procurado para as cidades mediterrânicas<sup>10</sup>, mas que aqui, em Lisboa, encontrava, na verdade, excelentes condições, não só aquelas que lhe eram proporcionadas pela colina inicial com o seu valor estratégico, mas também pelos vales férteis que a rodeavam e que, com a sua fartura de água, aportada pelas ribeiras que os atravessavam, reuniam as condições necessárias para uma actividade agrícola compensadora.

Todavia, mais importante ainda do que aquelas condições era a facilidade de comunicação que o sítio apresentava. Não só a estrada natural que liga de Norte

<sup>7</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Depois da Reconquista: a cidade na Baixa Idade Média”. In MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 96.

<sup>8</sup> Excluem-se destes dizeres alguns trabalhos recentemente tornados públicos, como é o caso, entre outros, do estudo de SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: FLUL, 2016, 2 vols. Tese de Doutoramento.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Orlando – “Em torno da estrutura de Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 65; RIBEIRO, Orlando – “Le site et la croissance de Lisbonne”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, p. 29.

<sup>10</sup> Vejam-se, por exemplo: TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades hispanomusulmanas*. 2.<sup>a</sup> ed., Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1985, pp. 115-123; RIBEIRO, Orlando – “Lisboa, a cidade e a região”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, p. 103; GASPAS, Jorge – “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos de estrutura física e desenvolvimento funcional”. In *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*, Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 septiembre de 1981. Vol. I. Madrid: Universidad Complutense, 1985, p. 133; VAL VALDIVIESO, M<sup>a</sup> Isabel del – “Un factor de desarrollo urbano: el agua (Castilla, siglo XV)”. In SABATE, Flocel; GUILLERE, Christian (dirs.) – *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*. Chambéry: Université de Savoie, 2012, p. 348.

a Sul todo o Ocidente peninsular bordejava o sopé das suas colinas, de onde se podia ramificar através dos respectivos vales, como, e sobretudo, o estuário do Tejo, um largo “mar” interior<sup>11</sup> – o Mar da Palha<sup>12</sup> – profundo, a consentir a entrada e a navegação de barcos de grande calado, com um gargalo a estreitar na direcção da foz e a torná-lo, assim, mais abrigado e de defesa mais fácil<sup>13</sup>, fazia do sítio de Lisboa um local onde não podia deixar de nascer uma cidade destinada a crescer e a tornar-se importante.

E assim aconteceu.

Aquando da sua integração definitiva em território português, Lisboa ocupava o alto da colina do castelo com a alcáçova bem fortificada e amuralhada, descera colina abaixo até ao Tejo, recebera, em todo esse espaço – a medina – um muro protector que lhe dava alguma segurança nesses tempos de guerra endémica que se viviam, mas transbordara já para Ocidente e Oriente, em dois grandes arrabaldes que se estendiam junto ao rio, mas que, sobretudo o ocidental, crescera consideravelmente e alastrara pelo vale.

Era assim que Lisboa se apresentava a todos, naturais como estranhos, que dela se aproximavam. Assim a viram os cruzados nórdicos que Afonso Henriques conseguira aliciar para o ajudarem na sua conquista; assim a viu o cruzado anglo-normando que nos deixou tão pormenorizado relato da sua conquista, com os olhares admirativos de homem do Norte, proveniente de uma Inglaterra ao tempo ainda tão ruralizada e que, por certo, nunca teria visto uma cidade com a grandeza de Lisboa<sup>14</sup>. Diz-nos ele: “A norte do rio, no topo de um monte redondo fica a cidade de Lisboa, cujas muralhas descem em socalcos até às margens do Tejo [...] O cimo do monte é cingido por uma muralha em redondo e tanto da esquerda como da direita as muralhas da cidade descem em declive até às margens do Tejo. Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas a modos de bairros recortados nas

<sup>11</sup> Veja-se em MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa, cidade marítima”. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, pp. 93-95, o conceito medieval de “mar”.

<sup>12</sup> De “mar” era também chamado o estuário do Sado. Veja-se PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 85.

<sup>13</sup> Podem ver-se sobre o assunto, aliás abordado já por diversos investigadores, para lá dos títulos citados nas notas 6 e 8: RIBEIRO, Orlando – “Lisboa, génese de uma capital”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, pp. 74, 78; GASPAR, Jorge – “Lisboa: o sítio: ocupação e organização do território”. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Electa, 1994, p. 13; ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa”. In *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo*, XXXIII Semana de estudios medievales. Estella, 17 a 21 julio de 2006. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007, p. 355.

<sup>14</sup> Hermenegildo Fernandes diz-nos, de forma clara e incisiva, o que representavam as cidades peninsulares da época, tanto para as gentes do Norte como do Oriente: “As cidades hispánicas alimentaram os sonhos tanto dos cristãos empobrecidos do Norte, como dos árabes fugitivos da desordem e da instabilidade do fim do califado abássida, transformando-se nos séculos X e XI numa espécie de *El Dorado* medieval” (FERNANDES, Hermenegildo – “Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e Ranulfo de Granville”. *Estudos medievais*, n.º 7 (1986), p. 3). Relativamente a Lisboa e ao cruzado nórdico veja-se o que ficou dito na continuação deste trabalho.

rochas”. E os seus olhos, possivelmente deslumbrados, fizeram-no vê-la como “a mais rica e opulenta em provisões de toda a África e de grande parte da Europa”<sup>15</sup>.

Era, pois, uma cidade de certa importância, esta Lisboa a que os Cruzados chegavam.

Tanto dentro como fora das muralhas Lisboa era já densamente povoada<sup>16</sup>, num plano urbanístico semelhante ao de todas as cidades muçulmanas, o que, mais uma vez, feriu os padrões daqueles homens do Norte que a ela chegavam: “Os edifícios formam aglomeração tão apertada que dificilmente se conseguirá encontrar ruas com mais de oito pés de largura a não ser nas dos mercadores”<sup>17</sup>.

É certo que nas cidades medievais as ruas eram estreitas, muitas vezes íngremes e não alinhadas<sup>18</sup>, mas as urbes muçulmanas ultrapassavam em muito, sob este aspecto, as características das cidades cristãs da época. Naquelas, fora de uma ou outra rua de circulação livre e onde se localizavam as funções centrais, todas as restantes eram exíguas, quebradas, na maior parte das vezes, em ângulo recto ou mesmo agudo, frequentemente terminando em becos sem saída. Isto é, formando, no seu conjunto, autênticos e intricados labirintos<sup>19</sup>. Com efeito, a cidade islâmica não se organizava de fora para dentro, mas antes de dentro para fora, isto é, da casa para a rua e não o contrário. O seu crescimento era orgânico, natural, processando-se de acordo com os interesses dos seus residentes, para quem a privacidade era algo que muito interessava preservar, assim como a segurança e defesa em caso de necessidade, o que as ruas quebradas e estreitas proporcionavam mais facilmente. E como nestas cidades não circulavam transportes carrários, a largura do tecido viário não colocava grandes problemas<sup>20</sup>.

<sup>15</sup> *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. Ed. e tradução de Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 77, 79.

<sup>16</sup> Já há várias décadas Gérard Pradalié deixou dito, a respeito da Lisboa dos séculos XII e XIII, que pelo número de freguesias e pela densidade de construção se colhe a impressão de grande densidade de povoamento (PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas, 1975, pp. 38-39).

<sup>17</sup> *A conquista de Lisboa aos mouros*, p. 79.

<sup>18</sup> É este um tema que tem sido glosado por inúmeros investigadores. Pode ver-se, por todos, um autor que ao assunto tem dedicado muito da sua atenção e saber: LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*. Rennes: Ouest France, 1984.

<sup>19</sup> TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades hispanomusulmanas*, p. 285; RIBEIRO, Orlando – “Lisboa, génese de uma capital”, p. 81; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, p. 82; CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do urbanismo*. Trad. de Emilio Campos Lima. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 61-80; MEDIANERO HERNÁNDEZ, José María – *Historia de las formas urbanas medievales*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004, pp. 31-35.

<sup>20</sup> Sobre estes pontos veja-se MEDIANERO HERNÁNDEZ, José María – *Historia de las formas urbanas*, pp. 31-42 e sobretudo a excelente abordagem com a apresentação e estudo de vários exemplos feita por TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, pp. 45-81.

Assim era a Lisboa conquistada por Afonso Henriques. Planta que com modificações pontuais diversas, com acrescentamentos posteriores de traça bem diferente, ela guardou durante séculos<sup>21</sup>.

Mas o traçado viário de Lisboa apresentava ainda outros constrangimentos.

Nascida no topo de uma colina bastante íngreme e descendo em seguida para as terras mais baixas, a sua rede viária precisava ir-se adaptando ao acidentado do terreno e ir obedecendo, ao menos até certo ponto, ao desenrolar das curvas de nível, o que, em muitos casos, não dispensava o recurso a escadas, que ainda actualmente pontuam grande parte do espaço urbano de Lisboa. Na colina genética do castelo algumas ruas marcavam nitidamente um percurso circular à volta do cume e as que com elas faziam ligação desenvolviam-se, as mais das vezes, em direcção oblíqua às primeiras, a originar pequenos largos triangulares na junção de ambas, espaços que permaneciam abertos porque inviáveis para a construção<sup>22</sup>.

## II – Em direcção à Lisboa da cerca fernandina

Mas Lisboa foi crescendo e o surto mais importante desse crescer e ganhar área urbana e população pode localizar-se no século XIII.

Os arrabaldes, que já eram grandes aquando da conquista<sup>23</sup>, cresceram mais ainda e desenvolveram-se economicamente, principalmente o do lado ocidental e sobretudo ainda junto à Ribeira do Tejo. Esta área da cidade estava a desenvolver-se de maneira muito notória, tanto que D. Afonso III e depois seu filho D. Dinis aí investiram de forma muito significativa, comprando os imóveis ou fracções de imóveis que os respectivos proprietários estivessem na disposição de vender, ou de algum modo fossem aliciados/constrangidos a fazê-lo. Nota-se um interesse sistemático nestas aquisições do pai e do filho, até principalmente nas compras de

<sup>21</sup> Veja-se a planta apresentada por MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”, pp. 58-59, porque, embora muito posterior à época aqui abordada – meados do século XVII – é a primeira que possuímos e onde, apesar de tudo, continuam bem visíveis numerosos traços islamizantes, como também em muitas outras cidades do Sul peninsular. Foi o que aconteceu na generalidade das cidades andaluzis da Península como também diz LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción à su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010, p. 41.

<sup>22</sup> GUERREIRO, Maria Rosália – “Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território – os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII: génese e formação”. In TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, pp. 22-24. Pode observar-se este esquema na planta que acompanha o presente trabalho.

<sup>23</sup> Voltando à carta do cruzado inglês, ele deixou-nos dito que “Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado” (*A conquista de Lisboa aos mouros*, p. 79). Haveria, pois, alguma forma de protecção, fruste embora, porque eles pouco puderam resistir às investidas dos cristãos, mas isso mostra o interesse, e não só, por certo, dos residentes, mas também do governo da cidade em, de algum modo, lhes garantir a segurança possível.

fracções várias de um mesmo imóvel, quer o rei possuísse já alguma parte dele, quer precisasse adquiri-lo por inteiro de diversos proprietários<sup>24</sup>.

Quando, em 1299 se elaborou um rol de todas as propriedades de D. Dinis em Lisboa<sup>25</sup>, resultou claro o seu interesse – e o de seu pai antes dele – por essa área da cidade<sup>26</sup>, talvez por ser o espaço que mais se destacava já e por bem se saber que tinha todas as condições para continuar a fazê-lo. Não só pelo lucro que daí podia advir, mas também para valorizar uma cidade que era já a “cabeça do reino”, os reis investiam nos lugares mais promissores. Mas por isso mesmo mais cobiçados, mais sujeitos a ataques predatórios de potenciais cobiçadores, mais necessitados de protecção e segurança. E a protecção urbana medieval fundava-se essencialmente numa muralha. E por isso D. Dinis aí quis construir uma defesa eficaz. Em 1294, o rei celebrou um acordo com a cidade para a construção das primeiras muralhas da Ribeira<sup>27</sup> e logo no ano seguinte Lisboa doou-lhe o seu campo da Rua Nova, onde ele deveria construir casas<sup>28</sup>.

Estava programada a artéria mais emblemática da cidade – a Rua Nova –, o que Rui de Pina considerou suficientemente importante para figurar entre as “obras, e cousas notáveis” realizadas por aquele monarca, sendo que na sua maioria essas obras foram a construção de castelos e a fundação de vilas<sup>29</sup>. Significativo que a abertura de uma rua pudesse figurar ao lado de tais realizações.

Mas uma cidade é um corpo vivo, encontra-se sempre em movimentação, num evoluir mais ou menos rápido, mais ou menos lento, de acordo com um enorme conjunto de variáveis que sobre ele vão agindo, mas contínuo. E Lisboa, agora mais lentamente, continuou a evoluir, a crescer, em espaço e em importância. E a afirmar-se, cada vez mais, como a peça fundamental do reino. Facto que era aceite e incontestado internamente e conhecido além-fronteiras. Por isso, aquando

<sup>24</sup> Este facto resulta com clareza do trabalho de RAVARA, António Pinto – *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967. Dissertação policopiada, e é também referido por GASPAR, Jorge – “A cidade portuguesa na Idade Média”, p. 141.

<sup>25</sup> “Livro dos próprios dos reis e rainhas”, *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 333-353.

<sup>26</sup> Em meados do século XV era aí que o rei possuía a maior parte da sua propriedade em Lisboa, por vezes, em alguns pontos, de forma altamente concentrada, a mostrar com clareza como aí se centravam, mais do que em qualquer outro lugar, os interesses régios (veja-se GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 23-26).

<sup>27</sup> “Livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I”, *Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, doc. 4, pp. 109-110; *Livro dos Pregos*. Transc., sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara Meneses Loureiro. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, doc. 20, p. 82.

<sup>28</sup> *Livro dos Pregos*, doc. 288, p. 385; SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.ª ed., vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 26-30.

<sup>29</sup> PINA, Rui de – “Chronica del rey D. Diniz, sexto de Portugal”. In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1977, cap. XXXII, p. 82.

das guerras em que Portugal se envolveu com Castela em finais do século XIV<sup>30</sup>, os principais esforços castelhanos dirigiam-se a Lisboa. Cercada em 1373 pelas tropas de Henrique II e ainda apenas eficazmente protegida no espaço envolvido pela chamada cerca moura, viu o seu arrabalde mais rico, o da Ribeira, na parte ocidental da cidade, pilhado e destruído pelo fogo<sup>31</sup>. As muralhas ribeirinhas com que D. Dinis o dotara serviam, sim, para prevenir ataques e devastações piratas; não, como é óbvio, para um cerco a sério, como foi o caso.

Ficou provado que Lisboa precisava – e dentro em pouco ficaria demonstrado que precisava com urgência<sup>32</sup> – de uma nova cintura de muralhas que envolvesse todo o espaço já urbanizado e permitisse um crescimento futuro.

Seria o trabalho de D. Fernando.

### III – Espaços da Lisboa fernandina

#### *1 – As portas e os eixos de comando*

As muralhas fernandinas, conferindo a Lisboa uma área de mais de cem hectares, traziam com elas a necessidade de um número considerável de aberturas, para que a cidade pudesse comunicar facilmente com todos os lugares que em qualquer ocasião precisasse demandar. E que possibilitasse a entrada a quem, de qualquer ponto exterior, a procurasse.

O número dessas aberturas não foi sempre o mesmo, na medida em que algumas das menos importantes – os postigos – podiam com facilidade ser abertas ou cerradas, de acordo com as conveniências de momento. Já em meados do século XVI Damião de Góis e Cristóvão Rodrigues de Oliveira atribuem-lhe trinta e oito aberturas<sup>33</sup>, número que Orlando Ribeiro repete embora não date<sup>34</sup>, mas no século XV talvez tivesse

<sup>30</sup> Sobre estas guerras podem ver-se, entre outros: MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas: 1369/1382*. Matosinhos: Quidnovi, 2008; DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa. 1383/1389*. Matosinhos: Quidnovi, 2007; MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003 e sobretudo MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

<sup>31</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra (1367/1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 67; MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, p. 64.

<sup>32</sup> Onze anos decorridos sobre o assédio colocado por Henrique II de Castela, foi a vez de João I, também de Castela, vir plantar as suas tropas, onde se contavam contingentes portugueses, por isso bem conhecedores do terreno, a cercar Lisboa. Aí a cidade, fortalecida pelas suas muralhas de fresca data, sentia-se bem mais segura na sua resistência. Vários investigadores têm abordado, com maior ou menor desenvolvimento, o desenrolar deste cerco. Veja-se, por todos, MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio Edição, 2006.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 103; GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa*. Introd. por Ilídio Amaral, apresentação, ed. crítica, tradução e comentário por Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimaraes Editores, 2002, p. 179.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Orlando – “Lisboa, génese de uma capital”, p. 83.

apenas umas trinta<sup>35</sup>. De qualquer modo, este número é indicador de uma cidade importante, na medida em que quanto mais projecção tinha um centro urbano mais necessitava abrir as suas muralhas<sup>36</sup>. Porém, as aberturas não tinham todas elas, como é óbvio, a mesma importância, mas também nem todas elas sofriam da mesma fragilidade em caso de ataque. Eram as grandes portas que desafiavam os ataques das hostes invasoras e assim precisavam de grandes aparatos defensivos e de grandes cuidados de vigilância. De que nem todas as aberturas urbanas podiam usufruir. Por isso se reduziavam essas grandes portas em favor das entradas de serviço, por vezes, até, algum tanto escondidas, estas<sup>37</sup>.

Como qualquer outra cidade Lisboa tinha as suas portas principais voltadas em todas as direcções do seu espaço envolvente e as ruas nelas iniciadas eram, em geral, os eixos de comando de todo o espaço urbano. Podiam ser consideradas como as mais importantes da cidade, até porque todas elas eram servidas por portagem, o que é significativo, as portas de Cata-que-Farás<sup>38</sup>, voltada para os lados de Belém, Algés, Oeiras, Cascais; de Santa Catarina, que oferecia o melhor acesso aos que vinham ou se deslocavam para os lados de Campolide e Carnaxide; de Santo Antão, que servia os moradores de Benfica, Queluz, Sintra, Mafra; da Mouraria e de Santo André, na direcção do Lumiar, Carnide, Loures, Sobral, dando a última das duas acesso directo à alcáçova; da Cruz, dirigida a Xabregas, Olivais, Chelas<sup>39</sup>. Mas o trânsito que realmente contava, tanto em volume de chegadas e partidas como em importância das mesmas era o que se fazia por qualquer uma das portas ribeirinhas e que podia provir ou levar à margem sul, todo o Alentejo e Algarve, ou ainda Abrantes, Santarém, Vila Franca através do Tejo, como ainda, e principalmente, entrando pela foz do rio, de todos os recantos do mundo conhecido de então e do que estava, “novamente”, a conhecer-se. Aí se encontravam as estruturas aduaneiras mais importantes da cidade; aí se abriam numerosas portas por onde entravam e saíam as “grandes e grossas mercadorias” de que nos fala o cronista<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> Veja-se em MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”, p. 55.

<sup>36</sup> Já diversos investigadores deixaram referência ao facto. Podem ver-se, como exemplo, TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades hispanomusulmanas*, p. 603; LE GOFF, Jacques – “L’apogée de la France urbaine médiévale”. In DUBY, Georges (dir.) – *Histoire de la France urbaine*. Tome 2 – *La ville médiévale des Carolingiens à la Renaissance*. Paris: Le Seuil, 1980, p. 211; GONÇALVES, Iria – “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 236-237; BOCHACA, Michel – “El control del puerto de Burdeos y de su tráfico mercantil del siglo XIII al XIV: jurisdicciones y estructuración del espacio”. In *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Encuentros internacionales del Medioevo, Nájera 27-30 de Julio 2004. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2005, p. 97.

<sup>37</sup> É também o que diz ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII”. In *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Edições Alfa, 1988, p. 52, comparando a cidade medieval à romana.

<sup>38</sup> A localização dos topónimos urbanos que aqui e nas páginas que se seguem irão ocorrer podem ser localizados no mapa que acompanha este texto.

<sup>39</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Depois da Reconquista”, p. 89.

<sup>40</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando*, Prólogo, p. 5.

Das trinta e oito portas de que nos deixaram memória Damião de Góis e Cristóvão Rodrigues de Oliveira e ainda de acordo com os dizeres do primeiro “do lado em que é banhada pelo mar [...] e porque realmente esta é a parte mais nobre, chama a atenção por vinte e duas portas”<sup>41</sup>. Com efeito, as cidades precisavam abrir tanto mais as suas muralhas quanto mais dinâmica e importante fosse a área que elas protegiam<sup>42</sup>. E nas urbes ribeirinhas o espaço que mais acentuadamente mostrava aquelas características era o que bordejava as águas. Assim, como ficou dito, em Lisboa, mas assim também no Porto<sup>43</sup> ou em Setúbal<sup>44</sup>, como, fora do País, entre várias outras cidades, como, por exemplo, em Bordéus<sup>45</sup>.

Como já atrás ficou lembrado, era nas principais portas de cada urbe, aquelas que as ligavam aos destinos mais concorridos e que mais importavam para a qualidade de vida dos seus moradores – e aqui, o abastecimento urbano era fundamental – e para o progresso e enriquecimento da cidade, que começavam e terminavam os percursos mais importantes e concorridos e que, precisamente por isso, ajudavam a estruturar o seu tecido viário. Percursos cujo número dependia da extensão do espaço urbano e talvez também da capacidade de estruturação de cada um deles.

Lisboa, nos seus cento e poucos hectares de superfície, aliás nem toda ela completamente urbanizada na época aqui em causa, era estruturada por um mínimo de seis eixos viários, nem todos com o mesmo poder e o mesmo sentido, alguns conhecendo, ao longo do seu traçado, características, funções e importância desiguais<sup>46</sup>.

Um eixo verdadeiramente preponderante era talvez o que, iniciado nas Portas de Santa Catarina e prosseguindo pela rua do mesmo nome, passando, depois, pela Rua dos Fornos, atingia e percorria a Rua Nova, com as duas praças – a do Pelourinho e a da Portagem – que a continuavam para Oriente.

Um outro – ou o mesmo – eixo viário que podemos ligar a este pela Rua da Padaria, possibilitava a entrada na almedina mourisca pela Porta do Ferro<sup>47</sup>, passava

<sup>41</sup> GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa*, p. 179.

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques – “L’apogée de la France urbaine médiévale”, p. 211; GONÇALVES, Iria – “Entre o campo e a cidade”, p. 237.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973, mapas da p. 240 ou DUARTE, Luís Miguel – “Porto”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coords.) – *Atlas de cidades medievais portuguesas*, p. 25.

<sup>44</sup> BRAGA, Paulo Drumond – *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998 ou ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVEIRA, Ana Cláudia – “Les aires portuaires de la péninsule de Setúbal à la fin du Moyen Âge. L’exemple de Setúbal”. In BOCHACA, Michel e SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) – *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2007, p. 161.

<sup>45</sup> BOCHACA, Michel – “El control del puerto de Burdeos”, pp. 96-97.

<sup>46</sup> Embora existam inúmeros trabalhos parcelares sobre a Lisboa medieval – e alguns nem tão parcelares quanto isso – o certo é que muito falta ainda saber sobre assuntos básicos para a compreensão da cidade. E este é um desses assuntos. As páginas que se seguem são, na sua maior parte, apenas uma proposta baseada em olhares interrogativos que desde há muito tenho vindo a lançar sobre a estrutura urbana da Lisboa medieval.

<sup>47</sup> A Porta do Ferro era uma das mais importantes da muralha mourisca, por onde a cidade comunicava com o vale da Baixa. Situava-se no local do moderno Largo de Santo António da Sé, frente à igreja daquele

pela sé e saía do lado oposto da cerca moura pela Porta de Alfama, seguia pela Rua Direita da Porta da Cruz<sup>48</sup>, a desembocar na saída com o mesmo nome. Esta rua era a que sobretudo estruturava a parte ribeirinha da Lisboa Oriental<sup>49</sup>, o que o próprio designativo – Rua Direita – nos indicia<sup>50</sup>.

Obliquando a este e começando de novo na Porta do Ferro em direcção à sé, mas agora dirigindo-se à porta do Sol da muralha mourisca, um percurso, sinuoso é certo, mas coerente e organizado em sistema, atingia o mosteiro de S. Vicente, dito de Fora, e desembocava na porta do mesmo nome, encostada ao mosteiro, como ainda actualmente pode ser vista. Ligava os dois mais importantes pólos religiosos e culturais da cidade.

Voltando uma vez mais à Porta do Ferro, das suas imediações partia a Correaria – que continuava, para Ocidente, este último eixo – rua que com diversos nomes – Sapataria, Sapataria de Linha, Sapataria da Correia, para lá da mesma Correaria<sup>51</sup> – se ligava ao Rossio e deste às Portas de Santo Antão, saindo para Valverde, pela Corredoura<sup>52</sup>. O seu interesse provinha também de estabelecer a ligação entre vários templos religiosos<sup>53</sup>.

---

patrono (SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 33).

<sup>48</sup> Actual Rua dos Remédios (SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. 2.<sup>a</sup> ed., vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 72-74 e mapa XVIII do final do volume).

<sup>49</sup> SERRA, Joaquim Bastos – *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*. Cascais: Patrimonia, 2003, p. 69.

<sup>50</sup> É sabido como na Idade Média se dava o nome de Rua Direita – designação que perdurou por séculos – à principal rua de cada núcleo urbano ou, nos aglomerados maiores, de alguns bairros. Nas cidades – ou bairros – de planta irregular, como aqui era o caso, as ruas podiam organizar-se em sistema para facilitar a circulação e receber, mesmo assim, o nome de Rua Direita (RIBEIRO, Orlando – “A Rua Direita de Viseu”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, p. 154; RIBEIRO, Orlando – “Elementos estruturantes das cidades ibéricas”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, pp. 369-373).

<sup>51</sup> É bom lembrar, como também já o fez Adelaide Pereira Millán da COSTA (“Espaço urbano”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. 1 – *A Idade Média*. Coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 27), como a toponímia “era fluida, pragmática, funcional, costumeira, multifacetada”. Veja-se, sobre este espaço, SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, pp. 158-160.

<sup>52</sup> É interessante, e até à luz do que ficou dito na nota anterior, ligar estes topónimos ao seu verdadeiro significado: “Rossio”, lugar onde se fazem as trocas entre as produções urbanas e rurais, lugar privilegiado de encontro entre gentes de dois modos de vida diferentes e complementares, embora pudesse receber funções muito diversificadas (RIBEIRO, Orlando – “Em torno da estrutura de Lisboa”, p. 66; GASPAS, Jorge – “A cidade portuguesa na Idade Média”, p. 138; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas”. In *O ar da cidade. Ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 53; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”. In *O ar da cidade*. pp. 181); “Valverde”, a descida para os vales agricultados e portanto verdejantes, de onde provinham alguns dos vegetais que se vendiam no Rossio; “Corredoura”, um caminho campestre por onde se conduziam os rebanhos para a pastagem (RIBEIRO, Orlando – “Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansión por el mundo”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, p. 550).

<sup>53</sup> ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 59.



**Mapa de Lisboa século XV****● Portas**

1. Cata-Que-Farás
2. Santa Catarina
3. Santo Antão
4. Mouraria
5. Santo André
6. São Vicente
7. da Cruz
8. de Ferro
9. Alfama
10. Do Sol

**■ Ruas**

11. Santa Catarina
12. Fornos
13. Padaria
14. Direita da Porta da Cruz
15. Correaria
16. Corredoura
17. Nova
18. Ourives do Ouro
19. Nova de El-Rei
20. Morraz

**● Praças**

21. Pelourinho
  22. Portagem
  23. Rossio
  24. Ribeira
- Igrejas**
25. Sé
  26. Madalena
  27. S. Nicolau
  28. S. Julião
  29. S. Pedro de Alfama

**■ Mosteiros**

30. S. Vicente
31. S. Domingos
32. S. Francisco
33. Santa Clara
34. Trindade
35. Graça

**■ Judiarias**

36. Grande
37. Pequena
38. de Alfama

**■ Outros**

39. Mouraria
40. Mancebia
41. Campo da Oira
42. Castelo
43. Paço da alcáçova
44. Paços de a par de S. Martinho

Porém, a ligação preferencial do Rossio era aquela que o punha em comunicação com a Rua Nova, e esta ligação, que podia fazer-se pela Rua dos Ourives do Ouro – sobre o leito da actual Rua Áurea – foi mais tarde, já em meados do século XV, facilitada pela abertura da Rua Nova de El-Rei, mais directa. A ligação entre estes dois pólos comerciais, ambos tão dinâmicos, cada um à sua maneira, era fundamental para o desenvolvimento da actividade económica lisboeta.

Por fim um último itinerário, este mais simbólico do que funcional, unia o castelo e o paço régio à sé. Uma ligação entre o centro político e militar do alto do morro e o centro espiritual e religioso nas faldas da colina, com toda a carga de poder e simbolismo que ambos encerravam, tinha, necessariamente, de ser importante. Por ele circulava o cortejo festivo, realizado aquando da entrada solene do rei<sup>54</sup> e aquando de outros momentos marcantes, como foi, por exemplo, a ocasião do baptizado do príncipe D. João, futuro D. João II<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> ALVES, Ana Maria – *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d., pp. 15, 20.

<sup>55</sup> Descrito por GÓIS, Damião de – *Crónica do príncipe D. João*. Ed. crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. II, pp. 12-13 e RESENDE, Garcia de – *Crónica de*

Era, aliás, por todos estes itinerários que circulavam as procissões que na cidade se organizavam todos os anos por ocasião das principais festividades religiosas ou em comemoração de episódios particularmente marcantes da história portuguesa<sup>56</sup>.

## 2 – As ruas e as praças

### a – As ruas

Um olhar, mesmo desatento, sobre a planta de Lisboa que devemos a João Nunes Tinoco – e relembro que é a primeira que possuímos, embora muito posterior à época aqui em causa – facilmente distingue dois tipos de ordenamento urbanístico: um deles formando o labirinto de ruelas e becos sem saída a que atrás me referi, correspondente às partes mais antigas da cidade e um outro onde se notam algumas ruas alongadas e mais ou menos rectilíneas, respeitante às posteriores urbanizações que se foram implantando nos espaços que a muralha fernandina envolveu e tornou definitivamente urbanos<sup>57</sup>.

Todavia, tanto umas como outras destas ruas tinham uma característica comum – um pouco mais acentuada nas primeiras do que nas segundas – e comum também a todo o traçado viário urbano da época: a sua estreiteza. Para utilizar a expressão de um medievalista que ao assunto tem dedicado muito da sua atenção e do seu saber, Jean-Pierre Leguay, direi que, salvo algumas excepções, a rua medieval se define, em primeiro lugar, pela sua exiguidade<sup>58</sup>. Com efeito, com excepção de muito poucas artérias largas, podendo ter uns oito, dez ou até doze metros<sup>59</sup>, a generalidade das vias medievas tinha uma largura entre os dois e os seis metros, podendo, inclusivamente, ser ainda mais estreitas. E para mais, em inúmeros casos, e Lisboa era um deles, com percursos sinuosos e fortemente encurvados para lograrem vencer os desníveis impostos pelo acidentado do terreno em que se encontravam implantadas, o que não raro só era possível com o recurso a escadas<sup>60</sup>.

---

*D. João II e miscelânea*. Nova ed. com introd. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, cap. II, pp. 2-3.

<sup>56</sup> Veja-se ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo*, sobretudo os mapas, onde estão marcados os itinerários dos principais cortejos. Veja-se também muita da documentação a eles referente em *Elementos para a história do município de Lisboa*. Ed. e coment. por Eduardo Freire de Oliveira. Vol. I. Lisboa: Typographia Universal, 1882, *passim*.

<sup>57</sup> O que acontecia na generalidade dos aglomerados populacionais do Sul da Península.

<sup>58</sup> LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*, p. 11.

<sup>59</sup> Podem ver-se, por exemplo: LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*, pp. 30-31; LEGUAY, Jean-Pierre – “La rue, élément du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du royaume de France et des grands fiefs aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles”. In *Le paysage urbain au Moyen Âge. Actes du XI<sup>e</sup> Congrès des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1981, pp. 24-25; AZCÁRATE RISTORI, José María – “Aspectos generales del urbanismo medieval”. In *Las formas de poblamiento en el señorío de Vizcaya durante la Edad Media*. Bilbao: Diputación Provincial de Vizcaya, 1978, p. 36.

<sup>60</sup> De novo remeto para os autores citados na nota anterior. Sobre o carácter íngreme e de dificuldade das ruas de Lisboa, alguns viajantes estrangeiros se manifestaram com desagrado. Veja-se, por exemplo:

E assim eram as ruas de Lisboa. Quando, em 1329, se pretendia urbanizar o Campo da Oira, para afastar daí uma actividade, tão poluente em vários sentidos, como era a secagem do peixe, o rei consentiu, desde que as ruas fossem “bem espaçosas que possam per ellas andar e caualgar sem embargo”<sup>61</sup>. Bastava, pois, que elas permitissem o trânsito de peões e cavaleiros para se considerarem adequadamente espaçosas. E, além disso, eram ruas que os vizinhos ainda mais estreitavam e atravancavam, querendo privatizar alguma parte delas pela incorporação nas suas habitações do máximo possível de espaço colectivo. Por isso a construção de escadas e balcões, passadiços e alpendres<sup>62</sup>. Como na generalidade das cidades e vilas da época.

Mas a rua medieval não era apenas estreita, escura, íngreme, atravancada. Era também suja porque sobre ela os moradores lançavam toda a sorte de imundícies, representadas tanto pelos dejectos domésticos como pelos que algumas actividades profissionais originavam. Porque, como já foi acentuado, na Idade Média urbana qualquer lugar vazio atraía a imundície<sup>63</sup>. Mormente quando algum sítio mais recôndito e escuso, o que também em Lisboa não era difícil de encontrar, não demorava muito longe de casa<sup>64</sup>. A tudo isto se juntava a omnipresença dos animais, desde cavalos, mulas, asnos, como agentes que eram do sistema medieval de transportes, mas também cães, aves de capoeira e porcos e até algumas ovelhas e cabras que os hábitos semi-rurais de alguns cidadãos levavam a introduzir no recinto urbano<sup>65</sup>.

Situações que não tornavam Lisboa um caso singular, antes a nivelavam com todas as demais urbes<sup>66</sup>.

---

HERCULANO, Alexandre (ed.) – “Viagem a Portugal dos cavaleiros Tron e Lippomani. 1580”. In *Opusculos*. Tomo VI, *Controversias e estudos históricos*. (t. III), 5.ª ed. Lisboa: Bertrand, s. d., pp. 113-115.

<sup>61</sup> *Livro dos Pregos*, doc. 43, p. 93.

<sup>62</sup> Para Lisboa veja-se o que ficou dito em GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 79-82.

<sup>63</sup> LEGUAY, Jean-Pierre – “La rue, élément du paysage urbain”, p. 37.

<sup>64</sup> Em Lisboa, como em qualquer outra cidade da época, os monturos abundavam. Em 1484, por exemplo, grassava a peste na cidade e era atribuída, em parte, à sujidade das esterqueiras e ao facto de se entornarem os “camareiros” nos sítios mais inconvenientes: *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*. Vol. III. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p. 184. Sobre este aspecto da sujidade na Lisboa medieval também pode ver-se GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média”, pp. 83-86.

<sup>65</sup> Também estes costumes têm sido abordados por numerosos medievalistas. Veja-se, por todos, LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*, pp. 59-61 e para Lisboa GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média”, p. 86. Os porcos foram talvez os primeiros a chamar a atenção dos poderes concelhios no sentido de controlar a sua permanência e circulação pela cidade (*Posturas do concelho de Lisboa (século XIV)*). Apresentação de Francisco José Velozo, leitura paleográfica, nótula e vocabulário de José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974, pp. 50-51), situações que preocuparam o governo cidadão ao longo do tempo (*Livro das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 73, 250).

<sup>66</sup> Sobre o conjunto de situações e atitudes que conspurcavam as ruas urbanas medievais pode ver-se LEGUAY, Jean-Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Âge. “Immondicités, fiens et bouillons” accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV<sup>ème</sup> siècle”. In *Le beau et le laid au Moyen Âge*. Colloque du CUERMA. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 1999, pp. 301-317.

Não obstante, chegada a segunda metade do século XV começaram a surgir por toda a parte preocupações diferentes sobre o aspecto da cidade e das condições que ela podia oferecer aos seus moradores e, talvez sobretudo, apresentar aos que a visitavam. Preocupações que se confinavam no âmbito das elites locais e pouco ou nada deviam extravasar desse grupo restrito. Todavia, os homens que detinham o poder local, representantes da sua cidade, orgulhavam-se dela e tornaram-se sensíveis à sua “honra” que era um pouco a deles, à imagem que ela poderia projectar para o exterior, factores que muito de perto os tocavam<sup>67</sup>. O seu embelezamento, a sua limpeza, a sua riqueza e dinamismo tornaram-se muito importantes para esse grupo de homens. E quando a cidade era, como Lisboa, quase uma capital, também para o rei se tornavam importantes.

Por isso aqui, em Lisboa, os seus dirigentes, em muitos casos apoiados pela autoridade do monarca, esforçaram-se por promover o alindamento da cidade, a limpeza das suas ruas e praças, o afastamento das actividades poluentes. Talvez sem grandes resultados porque as posturas municipais nesse sentido precisaram ser, uma e outra vez, reeditadas, não obstante as multas a que os infractores ficavam sujeitos<sup>68</sup>. E o empenhamento que os monarcas mostraram, mandando e apoiando as determinações concelhias<sup>69</sup> também não surtiu muitos resultados. Porém, pelo menos, todos tentaram.

Mas se a generalidade das ruas de Lisboa era assim pouco aprazível, ao menos para quem estivesse habituado a horizontes mais dilatados e menos poluídos, uma delas, pelo menos, brilhava pela sua singularidade, beleza e “amplidão”: a Rua Nova, já atrás referida, a qual, se não era a única entre nós com semelhantes características, porque também o Porto<sup>70</sup> e Coimbra<sup>71</sup> se podiam orgulhar de uma artéria assim grande e nobre, a Rua Nova de Lisboa era a mais rica, a mais famosa, a mais conhecida, a mais louvada.

---

Sobre as cidades peninsulares, LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval*, pp. 51-52; CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2000, pp. 43-69.

<sup>67</sup> Podem ver-se, entre outros: LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*, pp. 43-49; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval*, pp. 47-50; CHEVALIER, Bernard – “Le paysage urbain à la fin du Moyen Âge: images et réalités”. In *Le paysage urbain au Moyen Âge*, p. 11.

<sup>68</sup> Podem ver-se muitas dessas posturas camarárias em *Livro das Posturas Antigas*, pp. 1-6, 8, 9, 11, 12, 17, 19, 24, 26, 28, 31-33, 55-56, 59, 75, 82, 87.

<sup>69</sup> A própria lei geral do reino se preocupou com este assunto: *Ordenações Afonsinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica por Eduardo Borges Nunes. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, tit. XXVIII, §§ 15-16, p. 185.

<sup>70</sup> GONÇALVES, Iria – “As festas do “Corpus Christi” do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 160, 165; AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – “Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista”. Sep. de *Revista de História*, vol. VI (1985), pp. 10-11.

<sup>71</sup> TRINDADE, Luísa “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra”. *Média Aetas. Revista de estudos medievais* II série, vol. 1 (2004/2005), pp. 126-127.

A Rua Nova que, segundo João Brandão “parece grandeza da cidade”<sup>72</sup>, era, com efeito, singular em toda a Lisboa<sup>73</sup>. Foi nela que D. Afonso III e D. Dinis sobretudo investiram, como atrás deixei dito; foi a ela e às suas taracenas que este soberano sobretudo quis proteger com a construção de muralha ribeirinha.

Rasgada para Ocidente das Praças do Pelourinho e da Portagem<sup>74</sup>, era nela que se erguiam as vivendas mais majestosas da cidade<sup>75</sup>, prédios com quatro andares<sup>76</sup> e por isso mesmo tão inusitados na época; era nela que se instalavam os grandes mercadores, sobretudo estrangeiros; era nela que se vendiam os produtos de luxo, os mais caros, os mais requintados<sup>77</sup>; era nela que funcionava a alta finança e por isso aí estavam os câmbios, junto ao largo do Pelourinho<sup>78</sup>; era nela que uma renda habitacional era muito mais cara<sup>79</sup>; era dela que, sobretudo, se procuravam afastar as actividades menos limpas; foi aí que D. João II quis implantar uma calçada da melhor qualidade, com pedra vinda de longe – do Porto – obra muito cara e morosa, a prolongar-se por vários anos<sup>80</sup>.

### *b – As praças*

As cidades medievais não conheceram a praça no sentido que actualmente damos à palavra. É certo que todos os aglomerados urbanos necessitavam de espaços abertos mais ou menos alargados, onde os vizinhos pudessem reunir-se, com propósitos vários<sup>81</sup>. Mas esse papel era desempenhado por qualquer largo que a trama viária

<sup>72</sup> BRANDÃO, João (de Buarcos) – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Org. e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 97.

<sup>73</sup> Mesmo apenas olhando a planta da cidade que nos deixou João Nunes Tinoco ela pode ser facilmente localizada.

<sup>74</sup> Na actual planta de Lisboa a Rua Nova inscrevia-se, em diagonal, sobre o quarteirão delimitado pelas ruas do Comércio, do Ouro, de S. Julião e dos Fanqueiros SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 98 e mapa I de final do volume.

<sup>75</sup> GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa*, p. 161.

<sup>76</sup> BRANDÃO, João (de Buarcos) – *Grandeza e abastança de Lisboa*, p. 97; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Depois da Reconquista”, pp. 90-91. Aliás, também fora desta rua, embora ainda dentro deste espaço mais dinâmico da cidade, podiam encontrar-se outros prédios igualmente altos (ANDRADE, Maria Filomena – *O mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 73).

<sup>77</sup> Porque, como diz Miguel Ángel LADERO QUESADA (*Ciudades de la España*, p. 65), os grandes mercadores não se ocupavam com o abastecimento das cidades porque negociavam com a mais longa distância e movimentavam uma soma de produtos muito ampla, que só em parte tinha a ver com a própria cidade. Segundo este autor, em Portugal só se podiam encontrar em Lisboa e no Porto.

<sup>78</sup> SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 111.

<sup>79</sup> GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, pp. 29-31.

<sup>80</sup> A obra terminou já sob o governo de D. Manuel. Este monarca queria fazer calçadas em todas as ruas que se encontrassem descalças, o que, obviamente, não lhe foi possível (CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 60). A obra de calcetamento da Rua Nova foi acompanhada por GONÇALVES, Iria – “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 117-137.

<sup>81</sup> E se isso era assim no dia a dia, Fernão LOPES, (*Crónica do senhor rei dom Fernando*, cap. LX, p. 161) diz-nos que em Lisboa, por ocasião do anúncio do casamento do monarca com Leonor Teles, os povos se juntavam “em magotes, como he husança” – muito mais quando um acontecimento importante como, aliás,

sempre consentia, quer ele fosse proporcionado pelo cruzamento de duas ou mais ruas; pelo alargamento de algumas delas que, como já ficou dito, nunca eram rectilíneas e alinhadas; por espaços livres adjacentes, sobretudo, a monumentos religiosos; por terrenos ainda não urbanizados e que existiam em todas as cidades e vilas<sup>82</sup>. Em Lisboa esses espaços abundavam, embora quase todos de pequenas dimensões, com excepção dos terrenos ainda à espera de serem caseados.

Espaços abertos, a congregarem a reunião de pessoas, a fomentarem a sociabilidade, eles eram multifuncionais, servindo quase todas as finalidades que pressupunham encontros mais ou menos alargados de gente<sup>83</sup>.

Podiam ser as actividades económicas, com preponderância das mercantis; as político-administrativas, com reuniões para tratar de assuntos vários, do interesse da comunidade; anúncios de notícias de interesse publico e outros; acções judiciais, com a aplicação de penas por delitos vários, a servirem de espectáculo e de elemento dissuasor; actividades desportivas e culturais, como a realização de jogos<sup>84</sup> e representações teatrais, por exemplo.

Todavia, como espaços abertos aptos a comportarem todas aquelas manifestações e não só, talvez mereçam destaque especial os adros das igrejas e o

aquele que deu origem à expressão acima citada, mas que pelo dizer do cronista era habitual, vinha excitar os ânimos e agitar a cidade. O mesmo autor nos diz que quando souo o boato de que matavam o Mestre de Avis nos paços da rainha, toda a gente se alvoroçou e ali acorreu, e “a gente que se juntou era tanta que não cabiam nas ruas principais e atravessavam lugares escusos, cada um querendo ser o primeiro” (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Prefaciada por António Sérgio e preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, 1990, cap. XI, p. 25). Com efeito, a generalidade das ruas de Lisboa não era de molde a poder comportar muita gente. Lisboa precisava, para isso, de outro tipo de espaços.

<sup>82</sup> É o que se tem verificado um pouco por todo o lado. A título de exemplo vejam-se: GASPARD, Jorge – “A cidade portuguesa na Idade Média”, p. 134; HEERS, Jacques – *La ville au Moyen Âge en Occident: paysages, pouvoirs, conflits*. Paris: Fayard, 1990, pp. 388-390; JEHÉL, Georges; RACINET, Philippe – *La ville médiévale de l'Occident chrétien à l'Orient musulman (V<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Armand Colin, 1996, p. 104; TEIXEIRA, Manuel C. – “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 69; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Espaços públicos e espaços privados nas cidades portuguesas de finais da Idade Média”. In *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 72; ANDRADE, Amélia Aguiar; ROSSA, Walter – “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones”. In *La plaza en España y Iberoamerica. El escenario de la ciudad*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1998, p. 102; LEGUAY, Jean-Pierre – *Terres urbaines: places, jardins et terres incultes dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009, pp. 13, 43.

<sup>83</sup> Sobre a multifuncionalidade dos largos, podem ver-se como alguns poucos exemplos: ANDRADE, Amélia Aguiar – “Espaços públicos e espaços privados nas cidades portuguesas”, p. 72; ANDRADE, Amélia Aguiar; ROSSA, Walter – “La plaza portuguesa”, p. 102; GOMES, Saul António – “A praça de S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546”. *Mundo da Arte. Revista de arte, arqueologia e etnografia* II série (Jan./Fev./Março 1990), p. 67; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas”, pp. 61-62; MARTÍN CEA, Juan Carlos – “Las funciones sociales de la “plaza publica” en la Castilla del siglo XV”. In MONSALVO ANTÓN, José María (ed.) – *Sociedades urbanas y culturas políticas en la Baja Edad Media castellana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, pp. 145-163.

<sup>84</sup> Em Lisboa essas mesmas realizações podiam ter lugar na Rua Nova, uma vez que ela era suficientemente ampla para as acolher. Foi o que aconteceu, por exemplo, aquando do casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico da Alemanha, em que D. Afonso V “desafiou os cavaleiros para as justas Reais, que manteve na rua Nova, com condições muy excellentes e de grande gintilleza”. E depois das justas houve touros e canas (PINA, Ruy de – “Chronica do senhor rey D. Affonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina*, cap. CXXXI, p. 761).

da sé em primeiro lugar. Porque neles também se realizavam as grandes cerimónias religiosas que o espaço da igreja não comportava; porque neles começavam e terminavam os cortejos processionais, momentos importantes da cerimónia; era neles que se pregava às grandes multidões<sup>85</sup> e, o que não era pequena coisa, era neles que os vivos se juntavam aos seus antepassados já mortos e sepultados ali mesmo, no adro da igreja<sup>86</sup>. Era uma reunião de todos: os presentes e os já passados, sob os olhares de Deus.

É certo que todas as praças, todos os largos podiam ser palco daquelas e de outras actividades. Porém, quando um grupo numeroso de gente se junta em qualquer local, seja qual for a intenção primeira, podem surgir oportunidades de trocas comerciais que nunca deixam de ser aproveitadas. Por isso mesmo, e ainda que alguns largos pareçam menos motivados para isso – e é o caso, entre todos, dos adros das igrejas<sup>87</sup>, para não falar nos cruzamentos de ruas – foram as actividades mercantis que acabaram por se tornar as mais importantes<sup>88</sup> e, nessa medida, catapultaram para um primeiro plano aquela, ou aquelas praças em que essas funções adquiriram maior relevância. E foram também elas que acabaram por criar estruturas de apoio, como poiais, bancas, tabuleiros, fixos ou amovíveis e mesmo tendas. Isto é, começaram a dar aos espaços em que se instalavam a feição de “praça”. E se o pelourinho, com a sua bem óbvia e visível realidade afirmava bem alto que não eram essas as funções prioritárias da praça em que se instalava, mas sim as judiciais, isso não afastava, nem as actividades nem sequer as estruturas

---

<sup>85</sup> As Ordens Mendicantes e sobretudo os Dominicanos tinham a pregação às grandes massas como uma das suas mais importantes missões, quiçá a mais importante e procuravam instalar-se em espaços amplos, onde podiam reunir grandes multidões (HEERS, Jacques – *La ville au Moyen Âge*, p. 390). Assim acontecia com os Dominicanos de Lisboa, instalados junto ao Rossio. E talvez não fosse por acaso que aí, junto ao mosteiro, se marcavam grandes encontros, como aquele que foi agendado entre D. Fernando e os lisboetas, a propósito do seu casamento com D. Leonor Teles e a que o monarca se furtou (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando*, cap. LXI, pp. 163-164) ou esses outros, aquando da oposição que o povo de Lisboa movia contra a rainha a favor do infante D. Pedro, que queria como regente durante a menoridade de D. Afonso V e em que os oficiais mecânicos e outra gente popular, segundo o dizer do cronista, se encontrava em S. Domingos (PINA, Ruy de – “Chronica do senhor rey D. Affonso V”, cap. XXXII, p. 621).

<sup>86</sup> São numerosos os trabalhos que abordam este assunto. Indicarei, a título de exemplo: JEHEL, Georges; RACINET, Philippe – *La ville médiévale*, pp. 122-125; LEGUAY, Jean-Pierre – *Terres urbaines*, p. 43; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Espaços públicos e espaços privados”, p. 72; GOMES, Saul António – “A praça de S. Martinho de Leiria”, p. 59; DUPARC, Pierre – “Le cimetière séjour de vivants”. *Bulletin Philologique et Historique* (1964), pp. 483-504; COSTA, Adelaide Pereira Millán da – “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 177-186; LAUWERS, Michel – *Naissance du cimetière. Lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 2005, *passim*; ASENJO GONZÁLEZ, María – “Espacio urbano y sociedad. De las “collaciones” a los barrios en las ciudades castellanas (siglos XII a XV)”. In SABATE, Flocel; GUILLERE, Christian (dirs.) – *Morphologie et identité sociale*, p. 135.

<sup>87</sup> A bibliografia citada nas notas anteriores mostra claramente como se tornou constante a ligação entre o adro e as funções comerciais.

<sup>88</sup> GOMES, Saul António – “A praça de S. Martinho de Leiria”, p. 60; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas”, p. 62; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços públicos nas cidades portuguesas”, p. 182.

inerentes ao comércio. Em Lisboa, o Largo do Pelourinho era aquele que em toda a sua volta se rodeava de tendas, maioritariamente propriedade do rei e do concelho e nas quais se praticava um comércio muito variado<sup>89</sup>.

No interior das suas amplas muralhas Lisboa consentia numerosos destes locais – e boa parte deles ser-nos-á, por certo, desconhecida – mas, como é natural, só alguns, muito poucos, se elevaram a um plano cimeiro e esses, precisamente, pelo volume e riqueza das suas transacções mercantis.

Lisboa, associada ao estuário do Tejo, com todas as suas potencialidades<sup>90</sup>, senhora de um porto de excepção, capaz de aguentar, nas suas imediações “quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom”<sup>91</sup>, o espaço que lhe era adjacente tinha que desenvolver uma actividade comercial intensa e por isso a Praça da Ribeira, com todas as suas ramificações, tinha que com facilidade e rapidez elevar-se acima de todas as demais<sup>92</sup>. O que acontecia também em outras cidades e vilas portuguesas, onde a área ribeirinha apresentava condições propícias<sup>93</sup>. Aqui, em Lisboa, a Ribeira era considerada, com razão, “hũa das principaaes cousas da çidade” e assim convinha que ela fosse povoada de casas, mas, ainda assim, que essas casas não prejudicassem a serventia da Ribeira, ocupando em demasia “o que mays ennobreçe a çidade seer desocupado”. Para mais tratando-se, como se tratava e como os homens bons faziam questão de lembrar ao rei, da “mays nobre çidade destes vossos Regnos”<sup>94</sup>.

Mas uma outra praça merece também, em Lisboa, uma atenção especial: o Rossio.

O Rossio era um espaço característico das urbes portuguesas, um terreno vago, amplo, situado sempre num sítio marginal ao centro do aglomerado urbano, as mais das vezes fora das muralhas, em outras englobado nelas mas nas suas proximidades, em qualquer dos casos perto de uma das suas portas principais. Era um terreno que em regra se considerava propriedade colectiva dos vizinhos e as suas funções mais importantes eram também as comerciais. Mas o comércio que neles se localizava era sobretudo o que respeitava ao abastecimento diário da cidade, boa parte do qual era assegurado pelos aldeãos do termo. Por isso Orlando Ribeiro pôde escrever que o rossio nasceu do contacto de dois estilos de vida, o rural e o urbano<sup>95</sup>.

<sup>89</sup> GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 40.

<sup>90</sup> Veja-se o que atrás ficou dito sobre o assunto.

<sup>91</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando*, Prólogo, p. 5.

<sup>92</sup> Adiante voltarei a referir-me às características da Ribeira de Lisboa.

<sup>93</sup> FREITAS, Isabel – “Porto et les ports secondaires du Douro à la fin du Moyen Âge”. In BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) – *Ports littoraux de l’Europe atlantique*, p. 143; PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “A paisagem ribeirinha de Alcácer do Sal, em finais do século XV”. *Media Aetas. Revista de estudos medievais* II série, vol. 2 (2005/2006), p. 102.

<sup>94</sup> *Livro dos Pregos*, doc. 441, p. 558.

<sup>95</sup> RIBEIRO, Orlando – “Em torno da estrutura de Lisboa”, p. 66.

Como se tratava de espaços amplos e desafogados podiam acolher também outras realizações, como a feira periódica, os treinos militares, diversas actividades lúdicas, desportivas ou culturais<sup>96</sup>. As próprias crónicas se ocupam deles a propósitos vários<sup>97</sup>.

O Rossio de Lisboa, periférico à cidade muçulmana, tanto à que se protegia com as muralhas como à que se lançara para Ocidente e alastrara em arrabalde, foi a cerca fernandina que o acolheu no seu interior, mas abriu junto dele uma das suas mais movimentadas portas, a de Santo Antão, onde os contactos diários entre aquilo que a cidade podia oferecer e aquilo de que carecia se podiam estabelecer quase com tanta facilidade como se a sua localização se encontrasse fora da muralha. E até o espaço livre abundava, dado que estava ainda muito longe de causar problemas de ocupação. Com efeito, encontrou-se ainda durante largo tempo na situação de espaço vago e amplo, sem limites definidos, afecto a ocupações várias, incluindo, como em outros aglomerados urbanos, a realização da feira<sup>98</sup>.

No entanto a sua urbanização começou ainda no século XIII<sup>99</sup> e penso que a instalação, aí, dos frades dominicanos foi um passo importante, dada a atracção e influência que esses religiosos exerciam sobre as populações, mercê do seu dinamismo e da sua actividade como pregadores e também como confesores. E talvez a construção do mosteiro tivesse sido relevante para o afeiçoamento do Rossio como praça urbana. Foi, porém a edificação do Paço dos Estaus, destinado a alojar os viajantes de qualidade que chegavam a Lisboa e depois, embora terminado já a entrar o século XVI, o Hospital de Todos os Santos, que conferiram a este espaço a dignidade de uma praça urbana de prestígio<sup>100</sup>.

<sup>96</sup> Sobre estas características e funcionalidades dos rossios podem ver-se, entre outros trabalhos: BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas”, p. 53; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços públicos nas cidades portuguesas”, pp. 180-181; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Espaços públicos e espaços privados”, p. 73; TEIXEIRA, Manuel C. – “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”, p. 69.

<sup>97</sup> CONDESSA, Maria Sofia Marques – *A memória das cidades dos séculos XII a XIV nas crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais: Patrimonia Histórica, 2001; MEDEIROS, Filipa – “A Lisboa cronística: espaço e sociologia urbana nas crónicas de D. Pedro I e D. Fernando de Fernão Lopes”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coords.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 437.

<sup>98</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, p. 84. Carlos Guardado da SILVA (*Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 214-215) diz-nos que a feira estava ali a partir de 1430, mas é possível que a sua instalação no Rossio fosse anterior, não obstante o topónimo Chão da Feira, junto à muralha da Alcáçova, a atestar que aí existia um mercado diferente daquele em que se faziam diariamente as transacções por grosso, mas podia ser, como diz Norberto de ARAÚJO (“O tempo dos afonsins”. In MATOS, Sequeira (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 164), um mercado semanal, diferente, portanto, dos outros dois. Com efeito em 1273, o rei quer que se faça na Alcáçova uma “feiran que vocatur mercadum”, com frequência semanal, no local que fosse considerado mais conveniente (*Livro dos Pregos*, doc. 53, p. 127). Foi sem dúvida este “mercado” ou “feira” que deu lugar ao topónimo Chão da Feira e que, no século XV, funcionaria, não em oposição mas em complemento com o Rossio.

<sup>99</sup> RIBEIRO, Orlando – “Lisboa, génese de uma capital”, p. 91, atribui o início dessa urbanização a D. Dinis.

<sup>100</sup> Damião de GÓIS (*Elogio da cidade de Lisboa*, pp. 157-163) na descrição que nos deixou da cidade quinhentista fala dos sete monumentos que, segundo ele, mais a embelezam. Inclui entre eles o Paço dos Estaus e o Hospital de Todos os Santos.

### 3 – Algumas notas sobre a compartimentação

Como qualquer cidade de grande ou média dimensão, a Lisboa fernandina não tinha apenas um centro polarizador, mas vários<sup>101</sup>. Certamente nem todos com a mesma força e o mesmo significado, como é lógico, mas cada um com a sua esfera de acção definida, com as suas competências próprias, com a importância que lhe advinha do papel que era chamado a desempenhar na vida da cidade.

#### a – A Alcáçova

Começando pelo mais emblemático dos centros polarizadores teremos que subir à alcáçova<sup>102</sup>.

É certo que desde cedo esse centro genético da cidade se tornara pouco atractivo como local de morada para os lisboetas<sup>103</sup>, mas isso devia-se ao escarpado do sítio e à dificuldade de comunicações, o que acontecia com todas as cidades e vilas nascidas, como Lisboa, no alto de um morro. O certo é que o alto desse morro, solidamente fortificado, encerrando a fortaleza e os paços reais, constituía ainda, como herança da cidade muçulmana que fora<sup>104</sup>, uma unidade própria, amuralhada sobre si, guarda vigilante da urbe e nada perdera dos seus valores operativo e simbólico.

O castelo, a fortaleza, era uma peça chave dentro da sociedade medieval. Servindo sobretudo a vigilância e a defesa, mas também, na Baixa Idade Média, o ataque, era o mais perfeito símbolo dos valores da época<sup>105</sup>. Além disso, era ele o centro por excelência do controlo político e económico<sup>106</sup> e ainda nele estava sediado

<sup>101</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira (“Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, p. 84) aponta quatro ou cinco.

<sup>102</sup> A Alcáçova de Lisboa foi, já há muito, estudada por SILVA, A. Vieira da – *O castelo de S. Jorge em Lisboa*. 2.ª ed., Lisboa: Tip. Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

<sup>103</sup> PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, p. 40.

<sup>104</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Introdução à história da cidade medieval portuguesa”. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 30; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Les fortifications urbaines en Castille aux XI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles: problématique, financement, aspects sociaux”. In *Fortifications, portes de villes, places publiques, dans le monde méditerranéen*. Textos reunidos por Jacques Heers. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1985, p. 152.

<sup>105</sup> Sobre este assunto podem ver-se: PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, Isabel – “La arquitectura militar como símbolo y emblema de las realidades medievales”. In *La fortificación medieval en la Península Ibérica. Actas del IV Curso de cultura medieval*. Centro de Estudios del Románico, Aguilar de Campoo, 21-26 de septiembre de 1992. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 2001, pp. 11-16; PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, Isabel – “El castillo señorial en su contexto histórico”. In BARRIO BARRIO, Juan Antonio; CABEZUELA PLIEGO, José Vicente (eds.) – *La fortaleza medieval. Realidad y símbolo. Actas XV Asamblea general de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Alicante: Universidad de Alicante/ Ayuntamiento de Alicante, 1998, pp. 163-176; VARELA ARGÜÍ, Enrique – *La fortaleza medieval: simbolismo y poder en la Edad Media*. s. l.: Junta de Castilla y León, 2002, *passim*.

<sup>106</sup> Também este assunto tem sido muito tratado. Como exemplo: MATTOSO, José – “1096-1325”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 153-154; PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, Isabel – “La arquitectura militar”, pp. 14-15; CASTRILLO LLAMAS, M.ª Concepción – “Las fortalezas, instrumentos de poder al servicio de la institución monárquica, en

o poder militar e, na sua maior parte, o judicial<sup>107</sup>. O castelo podia, assim, ser um elemento da maior valia pelo sentimento de segurança física e, o que não seria menos importante, também psicológica que inspirava a toda a comunidade dos cidadãos e mesmo dos camponeses do termo que nele encontravam abrigo em caso de guerra. Mas era também motivo de temor e afastamento pelo impacto de violência que podia ter nas suas vidas, mercê dos poderes que nele se encontravam incorporados. Isso, porém, não impedia, ao comum das gentes medievais, de olhar o castelo como um bem que era preciso preservar e defender<sup>108</sup>.

Mas em Lisboa, como em outras cidades, em conexão com o castelo erguia-se o paço real.

Era tradição da cidade muçulmana ibérica que a alcáçova encerrasse um pequeno bairro onde residiam os altos funcionários e os oficiais militares superiores, tradição que, com as respectivas estruturas, foi herdada pela cidade cristã<sup>109</sup> e quando, como era o caso, o máximo detentor do poder político, militar, judicial – o próprio monarca – tinha uma das suas residências no local e a visitava com frequência e com estadias tão prolongadas, esse lugar tinha que ser bem central na cidade.

É certo que as moradas do rei na alcáçova não tinham grande valor arquitectónico e resultaram de acrescentos vários que os diferentes monarcas nelas foram introduzindo, mas acabaram por resultar um grande e confortável edifício<sup>110</sup>, de que nos ficou descrição bastante detalhada, embora já para o século XVI<sup>111</sup>.

É certo também que na cidade existiam outros paços régios, os de a-par S. Martinho, também chamados do Limoeiro, que se situavam frente à igreja dedicada àquele santo, mas a sua posição foi sempre secundária em relação aos da alcáçova<sup>112</sup>. Estes só viriam a ser destronados pelos que D. Manuel, mais tarde, mandou construir na Ribeira.

---

la Castilla bajomedieval”. In BARRIO BARRIO, Juan Antonio; CABEZUELA PLIEGO, José Vicente (eds.) – *La fortaleza medieval. Realidad y símbolo*. pp. 177-197.

<sup>107</sup> Pode excluir-se do castelo a parte do poder judicial que cabia ao concelho, mas a justiça senhorial e a justiça real, nomeadamente em cidades de realengo, como era o caso, era na fortaleza que tinham o seu assento.

<sup>108</sup> Penso ser muito significativo sob este aspecto um exemplo que nos vem das terras nortenhas de Duzentos, aquando das lutas travadas por Sancho I contra Leão. Por altura da batalha de Ervas Tenras, próximo de Pinhel, soou o boato numa aldeia do julgado de Santa Cruz (actualmente do concelho de Penafiel) de que vinham acometer a fortaleza de Santa Cruz. Gerou-se então um movimento colectivo em defesa do castelo, onde todos se foram entrincheirar, para assegurar a sua guarda e defesa (GONÇALVES, Iria – “Os camponeses minhotos e a defesa da terra”. In *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 24).

<sup>109</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Introdução à história da cidade medieval”, p. 30.

<sup>110</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Depois da Reconquista”, p. 101; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1964, p. 79; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, p. 260; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses*. 2.ª ed., Lisboa: IPPAR, 2002, pp. 87-88.

<sup>111</sup> HERCULANO, Alexandre – “Viagem do cardeal Alexandrino. 1571”. In *Opusculos*. Tomo VI, *Controversias e estudos históricos* (t. III), pp. 81-83.

<sup>112</sup> Veja-se a bibliografia citada na nota 109.

Para ainda maior centralidade do espaço genético aí se erguia também a residência episcopal, o que vinha juntar o poder eclesiástico aos demais poderes que já aí se concentravam<sup>113</sup>.

Era, com efeito, um espaço muito emblemático.

### *b – A sé*

A sé constituía um outro centro polarizador importante dentro do espaço lisboeta.

Como era habitual nestes casos, foi pouco depois da conquista que Afonso Henriques se preocupou em transformar a mesquita maior muçulmana na igreja cristã que seria a primeira em importância da cidade. A primeira sob o ponto de vista físico, pela sua estrutura, pela sua volumetria, pela sua robustez, mas principalmente sob os pontos de vista religioso, simbólico e de prestígio. É sabido que a existência de uma sé catedral implicava que a urbe onde ela se situava era cabeça de diocese e a sua hierarquia eclesiástica tinha como figura máxima um bispo. Factos que desde logo atribuíam à povoação o estatuto de cidade.

A sé era, pois, um elemento visível a publicitar a importância e a categoria de Lisboa.

Como igreja primaz que era, ela congregava todos os lisboetas – naturalmente, com excepção daqueles que professavam outras crenças que não o Cristianismo – e nela se celebravam com maior esplendor todas as cerimónias litúrgicas e em especial aquelas que correspondiam às grandes festas da Igreja. E nessas ocasiões a sua centralidade ficava plenamente demonstrada porque nela se celebravam cerimónias únicas e porque ela era ponto obrigatório de partida ou de chegada das mais importantes procissões que tinham lugar na cidade<sup>114</sup>, quer dizer, dos momentos mais aglutinantes da sociabilidade urbana.

Mas outros acontecimentos, de cariz diferente, levavam também os lisboetas a dirigir-se, espontaneamente, para a sua catedral. Enquanto se estava a travar a batalha de Aljubarrota, era na sé que o povo se juntava a rezar a Salvé-Rainha em louvor de Santa Maria e a pedir a sua intercessão para a vitória na batalha<sup>115</sup>. E quando foram oferecidas à cidade algumas bandeiras do rei de Castela deixadas no campo dessa mesma batalha pelo exército castelhano em fuga, foi também à sé que elas foram levadas pelo povo, após as manifestações de júbilo que o caso merecia<sup>116</sup>.

Com razão Fernando Chueca Goitia deixou dito que a catedral “era qualquer coisa como a condensação das aspirações espirituais plasmadas de toda a cidade”<sup>117</sup>.

<sup>113</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico”, p. 361.

<sup>114</sup> Vejam-se os mapas publicados por ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo*.

<sup>115</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVI, p. 121.

<sup>116</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVII, pp. 122-123.

<sup>117</sup> CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do urbanismo*, p. 89.

Mas não era só como centro espiritual e religioso que a sé se impunha. Era também como centro cultural. Se a sé começou por ser, ao lado de S. Vicente de Fora, a maior referência na cultura lisboeta, os mosteiros aí posteriormente edificados – sobretudo S. Francisco e S. Domingos, também eles centros de ensino e difusão de cultura – não lhe tiraram a primazia. E nem sequer o Estudo Geral que D. Dinis quis criar conseguiu, para isso, o prestígio necessário, pois até ao século XV não chegou, sequer, a poder ministrar o ensino da Teologia<sup>118</sup>.

Ora, quando os Paços do concelho que, como se sabe, nem sempre se situaram no mesmo sítio, funcionaram frente à sé<sup>119</sup>, então o centro do poder local veio acrescentar mais prestígio a um espaço já de si tão emblemático<sup>120</sup>.

### *c – A Ribeira e a Rua Nova*

Durante toda a Idade Média o coração de Lisboa pulsou na Ribeira, isto é, no espaço que à época recebia esse nome: desde a actual Praça do Município até à igreja da Conceição Velha<sup>121</sup>. E esse pulsar era rápido e forte e mais rápido e forte se foi tornando ao longo dos tempos.

Detentora de um porto da maior qualidade, mercê das condições excepcionais proporcionadas pelo estuário do Tejo, como já atrás ficou lembrado, Lisboa tinha, necessariamente, que voltar-se para a Ribeira. Aí estava, por natureza, o seu centro económico<sup>122</sup>. Ali carregavam e descarregavam todos os dias dezenas de barcos com toda a gama de produtos que à época se podiam vender e comprar.

Ali se encontravam as estruturas necessárias para a legalização e escoamento das mercadorias. Ali funcionavam a Alfândega, a Portagem, o Paço da Madeira, o Paço do Trigo, o Armazém Régio, a Casa do Haver-de-Peso, os Câmbios da cidade; ali se encontravam as praças mercantis já atrás abordadas; ali funcionavam os açougues do peixe e da carne, a padaria.

Tudo se conjugava para que num espaço pequeno e bem organizado, as trocas comerciais, reduzidas ou muito vultuosas, pudessem efectuar-se com eficiência e

<sup>118</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, pp. 90-91.

<sup>119</sup> SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval*, p. 227.

<sup>120</sup> Que tanto os paços reais como a sé continuavam a ser determinantes, entrado já o século XVI, não obstante D. Manuel ter transferido a sua residência lisbonense para a Ribeira, mostra-o o facto daquele monarca ter mandado demolir algumas casas em ruas que davam acesso a um e ao outro daqueles edifícios, então já consideradas muito estreitas para o tráfego que tinham de suportar, pelo menos em alguns dos seus troços (*Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. IV, pp. 82, 84).

<sup>121</sup> SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, pp. 9-10.

<sup>122</sup> Sobre a importância da Ribeira no dinamismo e riqueza das cidades ficou já atrás anotada alguma bibliografia. Posso lembrar ainda RIBEIRO, Orlando – “Fragmentos sobre Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*, vol. V, pp. 113-119; BARROS, Amândio Jorge Morais – “Barcos e gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras II série*, vol. XIV (1977), p. 174.

rapidez. O próprio relógio mecânico que aí foi colocado nos finais da Idade Média contribuía para isso, ajudando a melhor controlar o tempo<sup>123</sup>.

Em conexão íntima e indissociável com a Ribeira, fazendo corpo com ela, funcionava a Rua Nova.

Já atrás ficou referida a excelência desta artéria em termos da Lisboa medieval<sup>124</sup>. Às suas dimensões sem par na cidade acrescia o facto de terminar, no lado oriental, nas Praças do Pelourinho e da Portagem, que a transformavam no corredor natural para as grandes, variadas e ricas mercadorias que aí se despachavam, na Alfândega e na Portagem, podendo de imediato começar a alimentar os vultosos negócios que naquela rua se realizavam<sup>125</sup>.

Por ser a mais elegante, rica e movimentada da cidade – a sua largura podia suportar um trânsito considerável em pessoas, animais e viaturas<sup>126</sup> – era aquela de que os lisboetas sobretudo se orgulhavam e os estrangeiros de passagem louvavam. E se D. Afonso V queria, toda ela, com casas feitas de pedra e cal até ao telhado e construídas sobre arcadas de cantaria<sup>127</sup>, isso diz bem o quanto o rei a considerava importante e o quanto desejava que ela se alindasse e enobrecesse. Para mais, “ornamentada” com os artigos que os grandes mercadores expunham para venda no interior e no exterior dos seus estabelecimentos – os tecidos caros, as jóias, os artigos de luxo – a Rua Nova devia, com efeito, atrair a atenção de todos e a apetência por morar em lugar tão distinguido. Pena que a poucos fosse dada essa possibilidade. E não porque a rua, embora grande em termos medievais, não comportava um número muito elevado de famílias, mas porque morar aí era caro, muito caro, e para se ter bem a noção disso basta pensar no custo da habitação, tema onde é possível estabelecer comparações e tecer alguns comentários, a partir das rendas habitacionais praticadas pelo monarca durante a segunda metade do século XV.

As rendas que o rei cobrava em Lisboa pelo emprazamento das suas casas não eram as mais acessíveis. A média da cidade andava pelos 640 reais, num leque muito variado que tinha os seus valores mais baixos no Rossio, onde em média e com um coeficiente de variação muito elevado, as rendas pouco ultrapassavam os 170 reais. Na parte mais rica da Ribeira, onde, naturalmente, se incluía a Rua Nova<sup>128</sup>, andavam

<sup>123</sup> Sobre as características, diversidade e multifuncionalidade deste espaço lisbonense veja-se GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 61-75.

<sup>124</sup> Veja-se SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 98 e est. I de final do volume.

<sup>125</sup> Era habitual as ruas em que se localizava o principal comércio desembocarem numa praça (BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais”, p. 61). Era também, por exemplo, o caso de Alcácer do Sal (PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “A paisagem ribeirinha de Alcácer do Sal”, p. 102).

<sup>126</sup> É bom não esquecer que o trânsito de veículos nas cidades se intensificou bastante nos finais da Idade Média e que, naturalmente, todos eles eram de tracção animal. Acresce ainda o trânsito de cavaleiros e suas montadas, que também, mais do que os simples peões, acabavam por rapidamente obstruir as estreitas ruas urbanas.

<sup>127</sup> GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 26, nota 80.

<sup>128</sup> No trabalho em que estou a apoiar-me a Ribeira foi dividida em duas partes, com vista a encontrar alguma homogeneidade no que se refere aos preços habitacionais. Na parte onde se incluiu a Rua Nova consideraram-se também as de Morraz e da Ferraria, com foros ligeiramente inferiores (GONÇALVES,

em média perto dos 1200 reais<sup>129</sup>. As casas tinham que ser boas e a localização excelente. Os moradores precisavam ter boas disponibilidades económicas.

Porque tudo nesta área era melhor e mais rico, ela tinha que ser mais cuidada<sup>130</sup>. Por isso os porcos, que por todo o lado circulavam livremente, sujando, é certo, mas limpando também porque consumiam os desperdícios – todos eles orgânicos – que os cidadãos, sem pejo, lançavam na via pública, eles eram proibidos na Rua Nova, como naquelas onde se vendiam produtos comestíveis<sup>131</sup>; por isso se procurava afastar dela todas as actividades poluentes; por isso se proibia o lançamento de lixos nos espaços próximos, nomeadamente a Ribeira, onde, aliás, o fluxo e refluxo das marés cada dia os lavava<sup>132</sup>. Procurava-se que tudo estivesse tão limpo quanto as condições da época e os costumes dos moradores o permitiam.

#### *d – O Rossio*

Não obstante o lugar cimeiro que a nível das trocas comerciais o espaço ribeirinho detinha, nem por isso o Rossio perdia a sua importância. Aí se mantinha a feira, que necessitava de um campo alargado e aberto para acolher quantos a ela iam, para vender e comprar<sup>133</sup>; aí se mantinham as trocas com os camponeses do termo. Para lá de todas as valências atrás apontadas como possíveis de serem acolhidas por um espaço amplo e aberto.

Embora, como atrás ficou dito, o Rossio tivesse começado a ser urbanizado ainda no século XIII, em meados da centúria de Quatrocentos, todo aquele espaço estava ainda pouco caseado, embora fosse notória a tendência para a sua urbanização.

Se voltarmos a pensar na propriedade que o monarca detinha na cidade, verificamos que no Rossio essa propriedade era constituída, como alhures, por casas e cada uma delas levava apenas a respectiva horta. Até aqui, nada

---

Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, pp. 15-16). A Rua de Morraz prolongava para Ocidente a Rua Nova (SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, pp. 5-8 e est. I de final do volume I) e a da Ferraria estendia-se paralelamente à Rua Nova, encostando ambas as traseiras das casas, de um lado e do outro, às muralhas de D. Dinis (SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 117 e est. I de final do volume).

<sup>129</sup> O trabalho que estou a seguir baseia-se em dois róis elaborados para a cobrança dos foros devidos ao rei, um de 1458 e o outro de 1465. No primeiro a média encontrada foi de 1180 reais e no segundo de 1196,4 reais (GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 30).

<sup>130</sup> Como acontecia em outras cidades onde se cuidava mais de alguns espaços, e um deles era o do mercado principal (LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval*, pp. 55-56).

<sup>131</sup> *Posturas do concelho de Lisboa*, pp. 50-51; *Livro das Posturas Antigas*, p. 67.

<sup>132</sup> Toda a parte ribeirinha era um excelente vazadouro para os lixos da cidade mas os responsáveis concelhios demarcavam, vezes sem conta, os locais onde era possível, aos lisboetas, desembaraçarem-se dos seus lixos, locais esses sempre fora da parte mais nobre (veja-se *Livro das Posturas Antigas*, pp. 5, 6, 9-10, 17, 87).

<sup>133</sup> O Rossio medieval abrangia todo o espaço actualmente ocupado pelas praças de D. Pedro IV (e que, ainda agora é conhecido pelo nome de Rossio) e a da Figueira (AZEVEDO, Pedro A. de – “Do Areeiro à Mouraria (topographia historica de Lisboa)”. *O Archeologo Português*, vol. V (1899-1900), p. 215).

era original. A diferença estava em que, no Rossio, as hortas ocupavam ainda largos espaços contíguos divididos em quinhões e parecendo corresponder cada um a sua casa de habitação. Para mais, o foro a pagar pela vivenda e pela horta não se confundia numa única parcela, mas ambas eram discriminadas com o respectivo valor, a mostrar que cada um dos bens tinha uma individualidade própria, não eram indissociáveis e podiam vir a ter destinos diferentes. Aquela horta urbana guardava a sua identidade própria e tinha o seu valor económico. E o facto desse valor não ser muito elevado – cada horta solvia de foro vinte reais – não modificava a questão: esta área, em meados do século XV, tinha ainda muitos espaços livres. E o que talvez melhor o mostre é o facto de “Rossio” ser um topónimo muito abrangente, e não se encontrar nele o traçado de ruas com um nome a identificá-las.

Mas estava em vias de urbanização. Algumas hortas iam-se transformando em casas<sup>134</sup> e estava a afeiçoar-se no seu espaço uma praça urbana de prestígio, o que os edifícios emblemáticos aí construídos perfeitamente indicia. A abertura da Rua Nova de El-Rei para o ligar à Rua Nova e à Ribeira, com saída directa para a praia e para o porto, penso que é significativo da importância que aquele espaço tinha alcançado e talvez daquele, maior ainda, que se pretendia que alcançasse.

### *e – Os bairros discriminativos*

Como outras cidades da época, Lisboa tinha aqueles bairros onde cantonava os moradores a quem atribuía uma diferenciação negativa e queria separar do comum dos residentes. Eram estes bairros as judiarias, a mouraria<sup>135</sup>, a mancebia. Mas eram também bairros, ao menos os de cariz étnico-religioso, onde a própria segregação facultava aos moradores as melhores condições para a preservação da sua identidade pela manutenção dos seus usos e costumes, mais dificilmente abandonados ou sequer degradados quando vividos colectivamente.

A comuna judaica de Lisboa era numerosa e dividia-se em três judiarias<sup>136</sup>: a Velha, ou Grande; a Nova, Pequena, ou das Terecenas; e de Alfama.

<sup>134</sup> Para tudo o que acima ficou dito veja-se GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 23 e nota 72.

<sup>135</sup> A obrigatoriedade destes bairros ficou aprovada nas cortes de Évora de 1361, a partir do pedido formulado pelos povos e registada entre os capítulos gerais que saíram dessas cortes (MARQUES, A. H. de Oliveira; *et al.* (eds.) – *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 52).

<sup>136</sup> Há ainda notícia de uma outra judiaria em Lisboa – a da Pedreira – mas foi extinta em 1317, quando o monarca fez doação das suas casas ao almirante Manuel Peçanha, o que implicava a saída dos judeus daquele lugar (FERRO, Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimaráes Editores, 1970, p. 24).

A Judiaria Grande ocupava um lugar privilegiado no tecido urbano de Lisboa, nas proximidades da Rua Nova, entre as igrejas de Santa Maria Madalena, S. Nicolau e S. Julião, portanto em pleno vale da Baixa<sup>137</sup>. Era a mais antiga, a maior, a mais importante, a mais rica da cidade e, portanto, se instalavam nela os serviços centrais judaicos: sinagoga maior, hospital, balneário, estudo, cadeia e outros mais. Para mais eficaz separação entre os seus moradores e o povo cristão que os vizinhava era cerrada e comunicava com o exterior por sete portas que fechavam ao toque das Avé-Marias<sup>138</sup>. Porque eram os contactos nocturnos que mais se temiam e por isso tinham que ser bem acautelados. Como, aliás, acontecia na generalidade dos centros urbanos.

Era também aí que viviam as mais destacadas famílias judaicas de Lisboa, sendo alguns dos seus membros verdadeiros potentados económicos e com assinalável influência política devida à sua proximidade com o rei<sup>139</sup>. Causas principais da má vontade generalizada contra os judeus e que tantos incidentes provocou<sup>140</sup>.

A Judiaria Nova estava também magnificamente situada, porque bem na proximidade da Rua Nova e junto às Terecenas, que delas, por vezes, recebia o nome<sup>141</sup>.

Mais longe do centro vital da cidade mas também ribeirinha, a Judiaria de Alfama localizava-se perto da igreja de S. Pedro, junto à muralha<sup>142</sup>.

Eram ambas, estas últimas, pequenas e limitadas, cada uma delas à respectiva rua<sup>143</sup>, o que facilitava o isolamento dos seus moradores.

Depois da conquista de Lisboa, Afonso Henriques destinou aos mouros – ou moçárabes – que quiseram permanecer aqui, um espaço fora das muralhas, a Norte da alcáçova. Para lá de a cidade ter, desde há muito e de forma exuberante, extravasado para fora do espaço delimitado pela cerca moura, a mais elementar regra de segurança aconselhava a não conservar o inimigo vencido dentro de portas. Afastaram-se, pois, para fora do espaço urbanizado e fora continuaram depois que D. Fernando deu a Lisboa uma nova cintura de muralhas, tanto porque o terreno

<sup>137</sup> SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, p. 203 e est. I de final do volume; SILVA, A. Vieira da – “A Judiaria Velha de Lisboa. Estudo topographico sobre a antiga Lisboa”. *O Archeologo Português*, vol. V (1899-1900), pp. 324-325.

<sup>138</sup> TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 46.

<sup>139</sup> TAVARES, Maria José Ferro – “As minorias religiosas no reinado de D. Fernando e em 1383/1385”. In *Jornadas sobre Portugal medieval*. Leiria: Camara Municipal de Leiria, 1983, p. 472.

<sup>140</sup> Esses incidentes verificaram-se em diversas cidades, com conseqüências, por vezes, bem desastrosas. Sobre um deles, precisamente contra a Judiaria Grande de Lisboa, veja-se MORENO, Humberto Baquero – “O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449”. In *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. Porto: Athena, 1975, pp. 13-80.

<sup>141</sup> A Judiaria Nova, na actual planta de Lisboa, inscrevia-se no começo ocidental da Rua do Comércio (SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, pp. 12-13; SILVA, A. Vieira da – “A Judiaria Nova e as primitivas terecenas de Lisboa”. *O Archeologo Português*, vol. VI (1901), pp. 119).

<sup>142</sup> TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 52.

<sup>143</sup> TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, pp. 51-52.

assim o mandava como porque o castelo e a cidadela precisavam de uma porta para o exterior, a ser usada em caso de grande necessidade<sup>144</sup>.

Não obstante ser aquela uma localização periférica – até porque extra-muros – não lhes era desfavorável porque virada para um vale fértil onde eles tinham as suas propriedades e é sabido que a maioria dos muçulmanos que se quedaram nestas terras se dedicavam principalmente à agricultura<sup>145</sup>, ou tinham a água e o combustível necessários a outras duas actividades que também ocupavam muitos dos seus moradores: a olaria e a ferraria<sup>146</sup>. Por outro lado, situada no enfiamento da Porta de S. Vicente, por isso mesmo também chamada da Mouraria, uma das principais aberturas da cidade para Norte, comunicava directamente com o Rossio, e assim, com um importante pólo da cidade.

Cerrada também, a Mouraria contactava com o exterior através de quatro portas<sup>147</sup> que à noite, ao toque das Trindades, como as das judiarias e da própria cidade, também se fechavam.

Com o decorrer do tempo a mouraria ultrapassou dos seus limites e terá influenciado o espaço em seu redor, sobretudo a urbanização da Rua de Benfica<sup>148</sup> pela instalação, aí, de oleiros mouros, a que se seguiram outros, cristãos<sup>149</sup>.

Aquele espaço guarda, até hoje, o primitivo topónimo<sup>150</sup>.

Bairro diferente, mas também discriminativo, era a mancebia.

Independentemente de todos os lugares de prostituição privados, que podiam ser muitos em cada cidade<sup>151</sup>, não deixava de existir a prostituição organizada. Esta não só era tolerada como considerada um serviço público que para as autoridades locais e por certo para o comum das famílias mais destacadas ou até medianamente possidentes correspondia a um desejo de ordem e segurança que ajudava a evitar crimes mais graves. Nesta medida ela era apoiada pelas estruturas municipais.

<sup>144</sup> O que é perfeitamente visível com um simples olhar para a planta da cidade.

<sup>145</sup> Em meados do século XVI, Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA (*Sumário em que brevemente se contém algumas coisas*, p. 102) também aí assinala muitas hortas e pomares.

<sup>146</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de – *A comuna muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV*. Lisboa: Hugin Editores, 1998, pp. 141-142.

<sup>147</sup> OLIVEIRA Luís Filipe; VIANA, Mário – “A Mouraria de Lisboa no século XV”. *Arqueologia medieval*, vol. 2 (1993), p. 194.

<sup>148</sup> Actualmente a Rua do Benfornoso.

<sup>149</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 211.

<sup>150</sup> A Mouraria será, talvez, um dos bairros lisboetas que mais tem atraído as atenções dos modernos investigadores. Para lá da bibliografia citada nas notas anteriores dever-se-ão lembrar ainda os trabalhos de TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (tentame de estudo comparativo)”. *Revista de história económica e social*, vol. 9 (Jan.-Jun. 1982), pp. 75-89 e MARQUES, A. H. de Oliveira – “A persistência do elemento muçulmano na história de Portugal após a “Reconquista”. O exemplo de Lisboa”. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, pp. 99-106.

<sup>151</sup> ROSSIAUD, Jacques – “Crises et consolidations”. In DUBY, Georges (dir.) – *Histoire de la France urbaine*, p. 533. Este autor diz-nos que por volta de 1360, em Bruges, eles eram quarenta.

Mas precisava ser fiscalizada, controlada e para isso havia que cantoná-la no sítio adequado e velar para que aí se mantivesse<sup>152</sup>.

Esses bairros prostibulares eram frequentados por gente de condição muito variada e nas cidades portuárias, como Lisboa, deviam atrair muitos homens de passagem. Convinha que a sua localização não fosse marginal aos pontos mais conhecidos e de maior trânsito, de preferência não longe do porto.

Em Lisboa, a mancebia situava-se na freguesia de S. Julião, em pleno coração da Baixa<sup>153</sup>. Pelo menos em finais do século XV sabe-se que ela era “cerrada sobre si” como, aliás, acontecia em muitas cidades<sup>154</sup> e servia de modelo a outras espalhadas pelo País<sup>155</sup>. A mancebia de Lisboa abria as suas portas para a Rua dos Fornos e o encerramento era feito como, aliás, também nas judiarias, pelas casas que formavam as ruas e haveria mesmo comunicação, através de algumas delas entre a mancebia e o seu exterior<sup>156</sup>. Em época anterior – por certo até 1395 – talvez o bairro não estivesse ainda perfeitamente delimitado e todo ele dedicado à prostituição, pois também aí residiam algumas famílias que tiveram que deixar as suas moradas e procurar vivenda em outros lugares, para prevenir males maiores<sup>157</sup>.

### *f – Arruamentos de actividades económicas?*

As questões relacionadas com a concentração de mesteres em determinados lugares, pelo menos para a Baixa Idade Média, é problema complexo e dependente de circunstâncias múltiplas que se foram acumulando e sobrepondo ao longo dos tempos e que foram influenciando das mais diversas maneiras na concentração ou dispersão dos indivíduos praticantes de cada mester.

É certo que numerosas ruas de cidades medievais – e Lisboa não é uma excepção – recebiam nome relacionado com uma actividade económica. É certo também que sendo a toponímia urbana – e não só – tão pragmática e objectiva, mesmo “visceral”, esses topónimos eram necessariamente significantes<sup>158</sup>. Esperava-se, pois, em cada

<sup>152</sup> ROSSIAUD, Jacques – “Crises et consolidations”, pp 533-534; ANDRADE, Amélia Aguiar – “A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação”. In *Horizontes urbanos medievais*, pp. 35-36.

<sup>153</sup> Alguns autores têm localizado a mancebia nas proximidades do Rossio, pela existência, aí, de uma chamada Horta da Mancebia. Para lá de o local ser bastante pouco apropriado para o efeito, por periférico que era, principalmente ao porto, outros indícios mostram-na no local por mim apontado, podendo comunicar com a Rua dos Fornos, como digo. Veja-se também SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A Rua da Mancebia”. *Revista municipal*, n.º 32 (1947), pp. 23-34.

<sup>154</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval*, p. 83.

<sup>155</sup> BEIRANTE, Maria Ângela – “As mancebias nas cidades medievais portuguesas”. In *O ar da cidade*, p. 18.

<sup>156</sup> *Livro dos Pregos*, doc. 483, p. 591.

<sup>157</sup> *Rey de Portugal e do Algarve, senhor de Çepta: liv. I e II de D. João I (1384-1433)*. Introdução, transcrição e índices de Miguel Gomes Martins. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2010, doc. 63, p. 134; *Livro dos Pregos*, doc. 210, p. 326.

<sup>158</sup> Veja-se sobretudo ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”. In *Horizontes urbanos medievais*, pp. 84-87.

rua em que o designativo passava pelo de uma actividade económica, encontrar os respectivos agentes. O que devia ser considerado a maneira mais certa de ordenar a cidade. Já em meados do século XVI, João Brandão lamentava que na Rua Nova, “rua tão honrada e nobre”, existissem catorze “ofícios” – adiante enumera dezasseis – facto que considerava uma “desordem” que o rei devia remediar, não obstante serem esses “ofícios”, todos ou quase, da esfera do comércio<sup>159</sup>. E na verdade talvez a tendência para a concentração fosse, de facto dominante, embora se encontrem profissionais de todas as áreas dispersos pela cidade de maneira especial nos mesteres de procura muito generalizada<sup>160</sup>.

Tanto quanto sei, a Lisboa medieval não mereceu ainda um estudo aprofundado sobre o assunto. O que me foi dado verificar, para meados do século XV, mas em trabalho não dirigido para este tema, foi que os mesteres se espalhavam por toda a cidade e que se o arruamento profissional não era respeitado, locais havia contudo que mantinham alguma concentração de ofícios. Sobretudo aqueles relacionados com o trabalho do couro – sapateiros, correeiros, soqueiros – mostravam grande tendência para habitarem em lugares bem definidos: os correeiros, efectivamente, na Rua da Correaria; os sapateiros na Rua de Morraz, também designada, em documentos da época, por Rua da Sapataria e numa parte da Correaria conhecida pelo nome de Sapataria da Linha; os soqueiros, também na Correaria<sup>161</sup>. Os demais ofícios dispersavam-se pela cidade<sup>162</sup>.

### *g – Espaços agricultados*

Por muito densa que se mostrasse a ocupação em algumas áreas urbanas, densidade que, entre outros factores, levava as casas a reduzirem a sua superfície de implantação no terreno e a altearem-se, todas as urbes medievais guardavam no seu interior espaços ainda não urbanizados ou, pelo menos, pequenos enclaves não construídos e que não podiam ser desaproveitados. Todas as cidades mantinham ainda, ao menos em alguns dos seus bairros, uma fisionomia semi-rural<sup>163</sup>, até porque os seus moradores, em grande parte, conservavam uma ligação estreita aos hábitos campestres que eles próprios tinham adquirido antes de emigrar para a urbe, ou

<sup>159</sup> BRANDÃO, João (de Buarcos) – *Grandeza e abastança de Lisboa*, pp. 97-100.

<sup>160</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Interrelaciones entre espacio urbano y actividades artesanales: algunas consideraciones a partir de la imagen que ofrece la Sevilla bajomedieval”. In BONACHIA HERNANDO, Juan Antonio (coord.) – *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1996, pp. 83-106.

<sup>161</sup> GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, pp. 43-49.

<sup>162</sup> É um pouco isto, também, o que foi apurado por COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “Interrelaciones entre espacio urbano”, pp. 93-94.

<sup>163</sup> Como também o reconheceram, entre outros, LE GOFF, Jacques – “Lapogée de la France urbaine médiévale”, p. 197; LEGUAY, Jean-Pierre – *Un réseau urbain au Moyen Âge: Les villes du duché de Bretagne aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Maloine éditeur, 1981, p. 219.

algum seu antepassado próximo. Por isso eles introduziam no recinto urbano os animais que criavam no campo; por isso eles procuravam obter algum pedaço de terra fértil na área periurbana, fosse por compra ou por aforamento; por isso todos os espaços devolutos na cidade eram considerados excelentes para neles exercitar alguns cultivos, como o da horta entremeada de videiras e enraizar algumas plantas de maior porte, como as fruteiras ou as oliveiras.

Em Lisboa, como na generalidade das suas congéneres, mesmo nas superfícies mais apertadamente caseadas era possível, nas traseiras da habitação, organizar um pequeno espaço onde se semeavam umas hortaliças e mesmo se plantava uma ou outra árvore. Então nas áreas mais periféricas, onde o espaço não era tão firmemente disputado, os cultivos vicejavam por todo o lado.

Ao longo das muralhas fernandinas voltadas para terra, diversas casas religiosas – S. Francisco, Trindade, S. Domingos, Graça, S. Vicente – dentro das suas vastas cercas afeiçoavam hortas, pomares, jardins<sup>164</sup>, sem dúvida para a recolha dos seus frutos, consumidos nas mesas monásticas, mas sobretudo para recreio dos seus professores<sup>165</sup>. Mas não eram só as casas religiosas que aí preparavam um espaço para horta. Os que podiam obter um pedaço de terra no interior da muralha não deixavam de o fazer.

Essas hortas – e já nas do Rossio – como também pomares e oliveais conservaram-se e a cidade foi-as englobando no seu tecido durante séculos, à medida que ia crescendo. As descrições que conhecemos de Lisboa, todas elas posteriores à Idade Média, dão-nos o testemunho da existência desses “pulmões urbanos”<sup>166</sup> que também os aglomerados citadinos da época precisavam. Pelo seu atravancamento, a originar dificuldades de circulação do ar e do sol – lembremos a estreiteza de ruas e becos e a existência de balcões e passadiços –; pela sua promiscuidade com os animais; pela sujidade, os maus odores, os lamaçais que enchiam as ruas no Inverno e o mosquedo que as inquietava no Verão. Entre outros inconvenientes que não podiam deixar de perturbar o viver dos citadinos, pese embora a habitação, a minimizar os seus efeitos<sup>167</sup>.

<sup>164</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Depois da Reconquista”, pp. 90-92; SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A cidade medieval”. In MATOS, Sequeira (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*, p. 190.

<sup>165</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “A cerca monástica e a saúde mental dos monges”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes (coord.) – *Mosteiro e saúde – cerca, botica e enfermaria. Actas do III Encontro cultural de S. Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2008, pp. 59-71.

<sup>166</sup> Veja-se, por exemplo, GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa*, sobretudo p. 143.

<sup>167</sup> Tem sido este um aspecto muito glosado pelos medievalistas, e não só, que se têm dedicado ao estudo da história urbana. Vejam-se, como exemplo, LEGUAY, Jean-Pierre – *La rue au Moyen Âge*, pp. 53-63; CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir*, sobretudo pp. 43-69 e, especificamente sobre Lisboa GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, pp. 77-95.

\*  
\* \*

Era assim a Lisboa medieval. Uma cidade que, como todas as outras chamadas a desempenhar o papel cimeiro dentro de um país ou mesmo de uma região, precisava alargar, diversificar-se, ser, ao mesmo tempo, una e múltipla. Se pelas suas funções e pelos seus atractivos – reais ou imaginários – atraía gentes de todas as condições que nela se propunham radicar, definitiva ou mesmo temporariamente, precisava proporcionar a essa gente um espaço compatível com o seu estatuto e com as suas possibilidades, económicas e outras; se atraía igualmente muitos visitantes que aqui permaneciam por curtas temporadas, também a estes precisava proporcionar as condições necessárias – e também as desejáveis – à sua estadia. Necessitava acolher todos – todos, com excepção dos malfeitores, entenda-se – e para isso precisava obter cada vez mais alargado espaço urbano, um espaço urbano multiforme, como ficou dito, mas também inclusivo à medida de cada um, em cada um dos seus bairros. Mas proporcionando a todos a livre circulação a qualquer dos seus recantos – condicionada embora a alguns deles, como a mouraria, as judiarias, a mancebia, mas também estes possíveis de demandar.

E assim era a Lisboa medieval. A Lisboa da Baixa Idade Média.